



**INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MARIAMA CASSAMÁ

**A RELAÇÃO PROFESSOR/A E ALUNO/A EM SALA DE AULA DA
GUINÉ-BISSAU: A PERCEÇÃO DOS/AS ESTUDANTES
GUINEENSES DA UNILAB/CE**

REDENÇÃO – CE

2023

MARIAMA CASSAMÁ

**A RELAÇÃO PROFESSOR/A E ALUNO/A EM SALA DE AULA DA
GUINÉ-BISSAU: A PERCEPÇÃO DOS/AS ESTUDANTES
GUINEENSES DA UNILAB/CE**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Pedagogia da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira,
como requisito parcial para o grau de
licenciada em Pedagogia.

Orientador: **Prof. Dr. Ivan Costa Lima**

REDENÇÃO-CE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Cassamá, Mariama.

C366r

A relação professora/a e aluno/a em sala de aula da Guiné-Bissau: a percepção dos/as estudantes guineenses da UNILAB/Ce / Mariama Cassamá. - Redenção, 2023.
81f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Costa Lima.

1. Educação - Guiné-Bissau. 2. Estudantes guineenses. 3. Relação professores alunos. 4. Sala de aula. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 371.1096657

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA

MARIAMA CASSAMÁ

**A RELAÇÃO PROFESSOR/A E ALUNO/A EM SALA DE AULA DA
GUINÉ-BISSAU: A PERCEÇÃO DOS/AS ESTUDANTES
GUINEENSES DA UNILAB/CE**

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de monografia, julgado e aprovado para a obtenção do título de licenciatura plena em pedagogia, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

DATA: ___/___/___

NOTA: _____

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Ivan Costa Lima (orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

Examinadora: Profa. O Dra. Jacqueline da Silva Costa

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

Examinador: Prof. Ricardo Ossagô de Carvalho

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

AGRADECIMENTOS

Cresci ouvindo o famoso ditado em crioulo no meu país "*Saku limpu kata firma na tchon*" (Saco vazio não fica de pé), e levo para minha vida. Afinal, quem seria eu se não fossem pelas pessoas que me cercam, que me acompanham, que estendem suas mãos gigantes para nelas possa me apoiar e me levantar da queda? Não só precisei me alimentar de alimentos, mas também precisei me alimentar de afeto, de carinho quando me sentia triste, com medo, precisei de ponderação, quando me sentia exausta e sem vontade para continuar, precisei de paciência, quando a minha cabeça e o corpo não conseguiam gerar resultados, precisei de amor, de muito amor quando sentia que queria apenas desistir e ponto, e, é com enorme satisfação e gratidão que digo que recebi tudo isso das pessoas que estiveram comigo durante toda a minha caminhada, tanto pessoal, assim como acadêmica, o espírito UBUNTU, o espírito da vivacidade, o coletivo, sempre fez parte da minha trajetória e fará para sempre.

Das minhas várias versões, escolhi deixar duas delas registradas nesse texto, a primeira, é a Mariama Cassamá, a menina que saiu do aeroporto Osvaldo Vieira e entrou pelo aeroporto Pinto Martins no dia 12 de março de 2017, chorando por nunca ter deixado a sua família para trás e preocupada em como sobreviver num país distante sem a sua base que é a família e os/as amigos/as. É a menina de 20 anos que chorou um mês na pousada dizendo que queria voltar, pois, não conseguia se adaptar a nada, era hospital duas a três vezes na semana, a que não entendia o que os/as professores/as falavam, explicavam por conta da grande variação linguística, é a menina que nem sabia por onde começar a fazer um trabalho acadêmico e crítico, afinal, ninguém nunca lhe ensinou e muito menos avisar que ela iria passar por aquilo na universidade.

A segunda Mariama Cassamá é outra pessoa, com uma visão mais ampla do mundo e da vida, uma mulher com um pouco do espírito da eterna criança que um dia fez morada em mim, uma acadêmica esforçada que sente muito orgulho da sua trajetória, uma mãe dedicada que zela pelo bem estar da filha em todos os sentidos, uma amiga que sempre se encontra pronta a acolher, mesmo que seja por meio da palavra, uma cidadã preocupada com a situação do seu país, mas, principalmente, com o rumo que a educação está tomando, um ser humano com suas falhas e imperfeições, mas com um coração gigante e bastante acolhedor. E, isso tudo é graças às experiências que vou

cultivando todos os dias da minha vida. Assim, não poderia deixar de registrar aqui toda a minha gratidão às pessoas que sempre fizeram parte do meu caminhar.

Primeiramente, saúdo e dou graças aos meus Ancestrais e a Deus, pela vida, proteção e cuidados.

Pai e Mãe agradeço a vocês pela pessoa que hoje me tornei e pelo o que ainda almejo me tornar/ser, nessa estrada da vida, vocês me ensinaram a caminhar seguramente, abriram mão dos vossos sonhos para que os meus se realizem, no entanto, a minha conquista de hoje, teve como base os vossos ensinamentos de ontem e o caminho trilhado foi mais fácil, porque vocês arrancaram espinhos do chão para que não atrapalhassem o meu caminhar, a vitória é nossa (Pai e Mãe). A toda a minha família de forma geral, as perguntas frequentes de quando terminaria o curso, também serviram de incentivo e garra, meu muito obrigada a todos/as.

Fanta e Awa, minhas irmãs mais velhas, a elas agradeço pelo incentivo de sempre, cresci vendo-as na academia, querendo todo o tempo orgulhar o pai e a mãe, também entrei nessa onda para surfar com a mesma finalidade. Meus mais pequenos (Bá, Seco, Maimuna, Baló e Junior) e ao meu sobrinho Quessy, dedico essa vitória a vocês, como forma de vos instigar a querer dar os nossos pais o que eles merecem de nós, pois entendo que essa é a única forma ou a maneira pela qual podemos retribuir e honrar tudo o que fizeram e ainda fazem por nós.

A minha companheira de todos os momentos, a quem durante nove meses no ventre esperei com ansiedade e com o coração pulsando de felicidade. Chegou transformando a minha vida, desde então, estive ao meu lado dia e noite, sem contar as madrugadas longas que tivemos no processo da escrita. Minha filha, Luana Heloísa (Lua), uma criança com um coração puro, inteligente e muito sorridente. Ainda que pequena, me incentiva a ser uma pessoa melhor todos os dias, por ela e por outras crianças, estarei dando o meu melhor no que diz respeito à questão da educação em qualquer lugar do mundo.

Ao meu namorado, pai da minha filha, quem fisicamente está longe, mas que faz questão de estar todos os dias através de uma tela de celular, procurando sempre saber do nosso dia a dia, que através das palavras me dá força e me encoraja a seguir em frente, meu muito obrigada, Ulil, sempre no coração, todo o meu amor e gratidão.

A uma pessoa muito especial que conheci aqui na UNILAB, a quem hoje, considero uma irmã mais velha, ela esteve comigo nos meus maus e bons momentos, me ajudou/ajuda de todas as formas possíveis, nunca médio esforço em algo que tenha a ver comigo ou com a minha filha, Ussay, minha Matí, gratidão por tudo, és um ser humano incrível, meu respeito, admiração e amor sempre.

Abú, Besna, Braima, Basilio, Jardel (Franfló), Zando (Zaza), Issufi, Nhima, Ginelsa, Capcine, Leurana, Vladimir, pessoas incríveis com que tive/tenho a oportunidade de partilhar muitos momentos, se tornaram irmãos/ãs, na ausência da família foram o meu suporte diário nessas lutas cotidianas, agradeço a todos/as por me aceitarem como sou, pelas risadas, desabafos e os momentos ímpares e indefiníveis que partilhei com vocês, vos levarei para toda a eternidade.

Euclides e Nanci, amigo/a, colegas do curso, obrigada pelas partilhas, principalmente, durante as escritas do TCC.

A UNILAB, pela oportunidade e aos seus corpos docentes, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, em especial, ao pessoal da limpeza, obrigada por terem nos proporcionado um ambiente limpo e agradável que, nos permitiu transformar nossas ações em aprendizagem significativa

Deixo registrado o meu agradecimento a um ser humano brilhante que, sem a sua paciência e entendimento não seria possível fazer esse trabalho com êxito, uma pessoa que soube respeitar os meus momentos, soube me orientar com carinho e preocupação. Professor Dr. Ivan Costa Lima, obrigada por aceitar caminhar comigo nessa estrada que nem eu sabia se haveríamos de encontrar a parada certa para chegar ao nosso destino final, obrigada por ser além de orientador, um ser humano incrível que, me viu não só como uma orientanda no processo da escrita, mas também como um ser humano com dias bons e ruins, obrigada por respeitar o meu tempo, obrigada por me ensinar tanto durante toda a minha trajetória aqui na UNILAB.

Aos meus professores e professoras da UNILAB, sem exceção, agradeço de todo o meu coração por tantos ensinamentos, trocas e compreensão que tiveram comigo e com a minha trajetória, pelo respeito às minhas raízes culturais, obrigada por me mostrarem uma outra perspectiva educacional que hoje me faz colocar os meus traumas

vivenciados em outras épocas no papel, obrigada por respeitarem a minha singularidade e as minhas especificidades, os vossos ensinamentos estarão comigo para o todo sempre.

Aos meus entrevistados/as, minha eterna gratidão, pelo vosso tempo disponibilizado, pelas vossas falas e, principalmente, por terem aceitado compartilhar essas experiências provenientes de um sistema educacional que tanto vos prejudicou, vocês são guerreiros/as e foram de uma ajuda mais que essencial para a realização deste trabalho.

Estendo o meu agradecimento ao professor Armando, um exemplo de professor que tive a oportunidade de conhecer no 11º ano de escolaridade em Guiné-Bissau, lecionava a disciplina de português, graças a ele tive a oportunidade de estar me formando em uma universidade afro-brasileira, ele foi quem plantou sementes, ou seja, foi ele que incentivou o meu pai a me deixar vir estudar no Brasil, alegando que, eu era uma boa aluna, com uma escrita potente.

De modo geral, minha eterna gratidão a todos/as que contribuíram de alguma forma na minha vida e no meu percurso académico.

RESUMO

Este trabalho sob o tema “A Relação Professor/a e Aluno/a em Sala de Aula da Guiné-Bissau: a Percepção dos/as Estudantes Guineenses da UNILAB/CE”, trata-se de um trabalho realizado como requisito parcial para a obtenção de grau de licenciada em Pedagogia da UNILAB/CE. Teve como objetivo geral refletir como vem se configurando a relação professor/a-aluno/a na percepção dos/as estudantes unilabianos/as guineenses, apontando possibilidade para uma educação dialógica e democrática. Para alcançar o objetivo traçado utilizou-se da pesquisa qualitativa, de caráter documental e como instrumento entrevistas semiestruturadas com os estudantes guineenses da UNILAB/CE. Entende-se a educação como uma prática libertadora e emancipadora, já que faz parte da vida de qualquer ser humano, não importando as suas limitações, no entanto, a educação como toda a ação humana, também tem suas falhas que começam no sistema educativo e vai perpassando até atingir a sala de aula e, infiltrar na relação professor/a-aluno/a, que muitas das vezes apresentam-se de maneira conflituosa. Dada a essa preocupação, no trabalho pretende-se mostrar uma outra parte da educação ligada à relação professor/a-aluno/a que, muitas das vezes por negligência dos/as próprios/as agentes da educação, passa despercebido e acaba assumindo ou proporcionando consequências negativas no processo do ensino e aprendizagem. Por outro lado, o trabalho pode servir de direção para aqueles que desejam algum dia tratar da relação professor/a-aluno/a nas escolas públicas em Guiné-Bissau. Considera-se que o trabalho pode possibilitar/chamar a atenção do Estado guineense e do Ministério da educação para que estes tomem medidas cabíveis, que possam estar pautando pela melhoria do ensino vigente. Desta forma, a possibilidade em proporcionar uma profunda rede de transformação dos/as professores/as, a fim de repensarem suas práticas pedagógicas e suas condutas para com os/as seus/as alunos/as, e estes/as últimos/as também, que possam ter a coragem de denunciar as práticas abusivas e autoritárias que sofrem nas escolas.

Palavras chaves: Educação em Guiné Bissau. Estudantes guineenses. Relação professor/a-aluno/a. Sala de aula.

RESUMEN

Este trabajo bajo el tema “La Relación Docente y Estudiante en el Aula de Guinea-Bissau: la Percepción de los Estudiantes Guineanos Unilab/CE”, es un trabajo realizado como requisito parcial para la obtención del título de Licenciado en Pedagogía por la Unilab/CE. Su objetivo general fue reflexionar sobre cómo la relación docente y alumno se ha configurado en la percepción de los alumnos de la Unilab guineana, apuntando a la posibilidad de una educación dialógica y democrática. Para alcanzar el objetivo planteado, se utilizó una investigación cualitativa, con carácter documental y como instrumento entrevistas semiestructuradas con estudiantes guineanos de la Unilab/CE. La educación es entendida como una práctica liberadora y emancipadora, ya que forma parte de la vida de cualquier ser humano, independientemente de sus limitaciones, sin embargo, la educación, como toda acción humana, también tiene sus falencias que se inician en el sistema educativo y atraviesan hasta llegar al aula e infiltrarse en la relación profesor/alumno, que muchas veces se presenta de manera conflictiva. Ante esta preocupación, el trabajo pretende mostrar otra parte de la educación ligada a la relación docente/alumno que, muchas veces por la negligencia de los propios agentes educativos, pasa desapercibida y termina asumiendo o aportando consecuencias negativas en el proceso de enseñanza y aprendizaje. Por otra parte, la obra puede servir de guía para quienes deseen abordar algún día la relación docente/alumno en las escuelas públicas de Guinea-Bissau. Se considera que el trabajo puede permitir llamar la atención del Estado guineano y del Ministerio de Educación para que tomen las medidas oportunas, que puedan orientarse a la mejora de la educación actual. De esta manera, la posibilidad de brindar una red profunda de transformación para los docentes, con el fin de repensar sus prácticas pedagógicas y su conducta hacia sus alumnos, y estos también, que puedan tener el coraje de denunciar las prácticas abusivas y autoritarias que sufren. En escuelas.

Palabras clave: Educación en Guinea Bissau. Estudiantes guineanos. Relación profesor/alumno. Aula.

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: DIMENSÕES TEÓRICAS-METODOLÓGICAS SOBRE O TEMA E O PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
1.1. Sobre o tema e sua problemática.....	13
1.2 Elementos de justificativa.....	15
1.3. Primeiros debates sobre a relação professor/a-aluno/a no ensino-aprendizagem.....	21
1.4 Metodologia.....	23
CAPÍTULO 2: RELAÇÃO PROFESSOR/A-ALUNO/A NAS PROPOSIÇÕES PEDAGÓGICAS E NA POLÍTICA EDUCACIONAL DE GUINÉ-BISSAU.....	27
2.1. As teorias pedagógicas sobre a relação professor (a) /aluno (a).....	27
2.2. Breve história e políticas educacionais em Guiné-Bissau.....	31
2.3 Sistema educativo guineense.....	39
2.4. O modelo pedagógico e a relação professor/a aluno/a nas salas de aulas das escolas públicas no contexto Bissau-guineense.....	41
CAPÍTULO 3: ABORDAGEM E DISCUSSÃO DA PESQUISA.....	45
3.1 Guiné-Bissau: dados do país.....	46
3.2. Discutindo os dados da pesquisa.....	49
Considerações finais.....	73
REFERÊNCIAS.....	78
CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA.....	80

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho aqui apresentado teve como objetivo discutir sobre a relação professor/a e aluno/a em sala de aula da Guiné-Bissau, a partir da percepção dos/as estudantes guineenses da UNILAB/CE. Partirmos do ponto de vista de que, entre idas e vindas, sempre encontramos a palavra educação no meio do caminho. Porque será que isto acontece? E a resposta para a pergunta parece simples, pois na maioria das vezes, é vista como uma prática que só acontece na escola, dentro de um espaço fechado, e comandado por uma pessoa, mas para nós, enquanto pesquisadores na área da educação, entendemos que a educação ultrapassa qualquer simples definição, pois ela se apresenta constantemente na vida de qualquer ser humano, desde os seus primórdios na terra. Com isso, queremos dizer que a educação anda de mãos dadas com o ser humano, ela faz parte da vida, se vive a educação em qualquer espaço, grupo social e, em qualquer circunstância, dessa maneira consideramos que, não há como dissociar a educação da vida.

Neste sentido, consideramos que a educação deve ser pensada como uma prática humanista e libertadora, cujo objetivo é a transformação do ser humano, visando a progressão para o bem social. Assim também, como toda ação humana, a educação no seu todo, apresenta muitas falhas que começam desde o próprio sistema educacional formal e vai perpassando todos os setores, até chegar na sala de aula, envolvendo a relação professor/a e aluno/a. Uma relação que entendemos como algo fundamental no processo do ensino e aprendizagem e que precisa de muita atenção dos agentes da educação para que aconteça uma ação educadora significativa, pois, em caso contrário, dificulta o processo em questão.

Sendo assim, a UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira), compreende, ou seja, abarca um número significativo de estudantes oriundos da Guiné-Bissau, motivo pelo qual decidimos escolhê-los/as para participarem da nossa pesquisa, considerando que estes/as são melhores que podem nos relatar qual a sua percepção sobre o tema em discussão, visto que passaram todo o seu processo educacional nas escolas públicas do país supracitado.

Para tanto, além da introdução e da consideração final, o nosso trabalho se desenvolveu em três capítulos. Sendo assim, no primeiro capítulo procuramos discutir as dimensões teórico-metodológicas sobre o tema e o problema de pesquisa.

No primeiro capítulo que versa sobre as dimensões teóricas-metodológicas sobre o tema e o problema de pesquisa, procuramos problematizar o tema em discussão, mostrando que a relação professor/a-aluno/a, precisa de modo geral, acontecer de uma forma saudável a fim de chegar a um bom resultado no processo do ensino e aprendizagem, pois, se caso não aconteça, pode interferir negativamente no processo em questão. Em seguida, apresentamos a justificativa, mostrando a razão da escolha do tema. Ainda nesse capítulo, procuramos discutir, ou seja, tratamos das primeiras discussões sobre a relação professor/a-aluno/a, onde no corpo do texto, tratamos da visão de diferentes autores que discutem essa relação, mostrando que a sala de aula em um espaço privilegiado que proporciona o encontro entre os seres pensantes, com a finalidade de discutir a educação no seu todo, ainda realçando a importância do afeto na relação desses seres. Para fechar o primeiro capítulo, descrevemos a metodologia do nosso trabalho, a forma como foi conduzida cada etapa até chegar ao resultado que apresentamos aos nossos/as leitores/as.

No segundo capítulo que trata de maneira mais aprofundada a relação professor/a-aluno/a nas proposições pedagógicas e na política educacional de Guiné-Bissau, discutimos as teorias pedagógicas sobre a relação professor/a-aluno/a na visão de vários autores adeptos de diferentes teorias pedagógicas, levando em consideração que a educação foi se transformando e, assim, foi surgindo em cada época uma teoria pedagógica diferente do que já existia. Ainda neste capítulo, fizemos uma breve contextualização da história da educação e política educacional na Guiné-Bissau, como forma de tentar situar os/as nossos/as leitores/as a entendimento do próprio foco do trabalho, para isso, foi preciso retroceder um pouco, trazendo a educação na era pré-colonial, colonial e a educação nas zonas libertadas. No corpo deste capítulo também, descrevemos um pouco do sistema educativo vigente, considerando que, o atual ensino é fruto de várias tentativas de enquadrar a educação dos/as guineenses a realidade do país, por último, não menos importante, procuramos fazer um levantamento do modelo pedagógico que sustenta o ensino e procuramos discutir a relação professor/a-aluno/a nas salas de aulas em Guiné-Bissau.

No terceiro e último capítulo, descrevemos as entrevistas que foram concedidas pelos/as nossos/as entrevistados/as de forma livre e por meio da assinatura do termo de compromisso, em seguida, procuramos discutir as falas dos/as entrevistados/as com o pensamento de alguns autores que discutiram a temática da relação professor/a-aluno/a.

Nas considerações finais buscamos fazer uma síntese sobre os resultados encontrados a partir do trabalho e apontando possibilidades para novas pesquisas sobre o tema.

CAPÍTULO 1: DIMENSÕES TEÓRICAS-METODOLÓGICAS SOBRE O TEMA E O PROBLEMA DE PESQUISA

Neste capítulo pretendemos apresentar os principais elementos teóricos, metodológicos relacionados ao tema e o problema de pesquisa definido para este estudo, com o objetivo de situar os caminhos traçados para a efetivação do trabalho de conclusão de curso dentro do curso de Pedagogia da UNILAB.

1.1. Sobre o tema e sua problemática

O foco do nosso estudo será: A percepção dos/as estudantes unilabianos/as guineenses sobre a relação professor/a-aluno/a em sala de aula das escolas públicas da capital Bissau.

Para tanto, trazemos uma discussão inicial, no sentido de delimitar o tema em foco. Sobre isso, partirmos do pressuposto de que, a educação é um direito universal, ou seja, é um direito básico e fundamental na vida de todos os seres humanos, argumentamos que, esta política merece ser tratada com a atenção de todos/as, em especial quando nos referimos a relação entre os sujeitos, no nosso caso professores/as e alunos/as, que por vezes se mostram conflitantes.

Desta forma, nós, enquanto cientistas sociais e agentes da educação, não podemos ficar indiferentes perante a esta e outras questões que estão ligadas a um ideal de educação voltado para a formação humana e para a cidadania. Em nossa visão a preparação humana diz respeito a preparação integral do ser, onde a cidadania na educação busca se orientar para o estímulo de estudantes críticos com uma vivência coletiva e individual de forma responsável.

Sobre isso, é necessário que se discuta o impacto no processo que leva ao ensino e aprendizagem que, de certa forma, traz de um lado a figura do professor/a como mediador/a ou principal gerenciador/a do conhecimento, por outro lado, se encontra o/a aluno/a como aprendiz que carrega um conhecimento que precisa ser sistematizado e transformado em aprendizagem significativa. Assim, o foco do nosso estudo se direciona exatamente na forma como se configura a relação entre estes dois sujeitos, na percepção de como cada um deles age entre si, bem como as bases educacionais que são utilizadas e que podem indicar o papel de cada um dentro da sala de aula.

Baseada nisto, o nosso interesse em elaborar esta temática consiste na compreensão de como se dá a relação aluno/a e professor/a dentro da sala de aula a partir da percepção dos/as estudantes da Guiné-Bissau na UNILAB.

Assim, para atingir melhor a compreensão desta temática, apresentamos o debate em torno do problema da pesquisa, compreendido como uma questão que norteia a busca em torno da pesquisa.

Compreendemos que a relação professor/a e aluno/a perpassa de uma simples relação, ou seja, é algo importante e fundamental no processo educativo, pois entendemos que uma relação segura e de confiança entre professor/a e aluno/a impacta de uma forma significativa o processo ensino e aprendizagem, uma vez que estes dois corpos estão sujeitos/as a convívio dentro das salas de aulas, assim como, buscam constantemente aperfeiçoar os seus conhecimentos. Por outro lado, acreditamos que, se não houver um bom entendimento, uma relação dialógica entre ambas as partes, não haverá um processo de ensino e aprendizagem adequada, e, conseqüentemente, poderá trazer dificuldades no sucesso do estudante, tendo em vista que a trajetória deste implica a prática docente do professor/a, bem como de suas concepções pedagógicas em relação a que sujeito deseja formar.

Diante do acima exposto, buscamos levantar algumas questões ao longo do processo que procuraremos responder ao longo da escrita, baseando-se sempre nas pesquisas a serem realizadas, desta forma nosso problema central se refere em:

- Como se caracteriza a relação professor/a e aluno/a dentro das salas de aulas em Guiné-Bissau na percepção dos estudantes guineenses da UNILAB.

A partir desta pergunta central teremos como objetivos:

Geral

Refletir como vem se configurando a relação professor/a e aluno/a na percepção dos/as estudantes unilabianos/as guineenses, apontando possibilidades para uma educação dialógica e democrática;

O trabalho também objetiva de forma específica;

– Realizar estudos bibliográficos sobre as teorias pedagógicas e suas referências sobre a relação professor/a e aluno/a dentro das salas de aulas;

– Realizar entrevistas com os/as estudantes guineenses da UNILAB acerca de como estes/as percebem a relação professor/a-aluno/a quando estavam em sala de aula;

– Compreender de que forma a política educacional em Guiné-Bissau trata ou não a relação professor/a e aluno/a.

1.2 Elementos de justificativa

Para este estudo compreendo necessário trazer minha trajetória, pois é ela que me leva a escolha do tema para concluir meu percurso educacional na UNILAB, e assim demonstrar a importância da investigação para aqueles interessados na relação constituída entre estudantes e professores/as.

Eu, Mariama Cassamá, africana, de nacionalidade guineense, nasci e cresci no berço de uma família humilde, uma família que deposita suas esperanças na educação dos/as seus/as filhos/as.

Meu pai é professor da rede privada no meu país de origem e, foi professor da rede pública durante muitos anos, leciona a disciplina de francês, vive do esforço do seu trabalho, ele sempre apostou na educação como meio de transformação e emancipação, por isso nunca deixou que nos faltasse (eu, meus irmãos e minhas irmãs) nada ligada a educação (matérias escolares) e sempre nos disse que, sua maior realização será ver suas filhas formadas. Minha mãe, é uma mulher simples, vendedora ambulante que sempre lutou e vendeu para que, não nos faltasse o mais básico, ela não teve uma educação formal continuada, ao contrário, estudou até a 2ª classe e parou por motivos maiores. Por isso, acredito, que por não poder terminar os seus estudos, ela sempre fez a questão de nos incentivar a estudar, ela nos dizia que, quem tem conhecimento, tem a chave do mundo e muitas portas se abrem para a pessoa, passei toda a minha vida escutando-a dizendo em crioulo " *Ami nka estuda, nha fidjus na estuda*" (eu não estudei, meus filhos vão estudar).

Este trabalho surgiu de um interesse pessoal, pois o tema me traz lembranças de muitos conflitos que tive na sala de aula com os professores, por ser filha de professor tive que engolir muitas coisas na escola. Alguns como professores que faziam chamadas orais comigo em todas as aulas, pois alegavam que o meu pai fazia o mesmo com eles na época em que foram alunos dele, eu era o centro das atenções dos professores e colegas. Mas, vale a pena enfatizar que tive professores/as com melhor tratamento que me ensinavam com muita paciência e muito amor.

Na 7ª classe [equivalente ao ensino médio no Brasil], ingressei no Liceu Dr. Agostinho Neto¹, onde tive um professor que lecionava a disciplina de matemática, a maioria da turma não entendia o que ele explicava, e, quando perguntávamos algo, ele nos chamava de burros/as e nos dizia que era mais inteligente do que os nossos pais, ríamos daquilo, acredito que, por sermos tão jovens na época, portanto, não percebíamos o impacto daquilo, ou seja, que aquilo pode ser caracterizado como uma violência verbal e psicológica.

Na 8ª classe, tive um professor de português que, sempre me proibia de assistir às suas aulas alegando que eu chegava atrasada.

Na 9ª classe, tive um professor de história, ele nos ameaçava o tempo todo, ameaçava nos bater, nos insultava, não ria na sala de aulas e, aquilo fazia com que ficávamos com medo dele, e, era assim em todas as turmas dele.

No ano letivo 2014/2015 eu, estava estudando 11ª classe, no mesmo liceu, e, no final do último trimestre, tínhamos que fazer a última prova conhecida como prova global, para poder transitar de classe. A prova global era para testar as nossas capacidades, para saber se realmente aprendemos algo nas disciplinas que estudamos. Me lembro que era uma quinta feira, quarto dia da prova e primeiro dia da prova de biologia, estávamos na sala de aula com o restante dos membros da turma, chegou um professor que, eu só ouvira falar pelo nome, nunca o tinha visto antes, mas os/as alunos/as o temiam bastante pela forma como falavam dele. Logo que ele entrou na sala de aula, sorriu, depois começou a entregar as folhas de prova para cada aluno/a. Assim que terminou começamos a fazer as provas, pois era uma prova global, neste caso o professor da disciplina não aparece para explicar e nem tirar as dúvidas. O professor que estava de vigia, era das áreas exatas e lecionava a disciplina de química e nós éramos das áreas humanas. Eu gostava muito daquela disciplina (do qual iremos fazer a prova), a biologia. Comecei a fazer a prova com

¹ O Liceu é uma instituição pública.

pressa, estava muito empenhada em responder as perguntas que havia na folha da prova. Mais tarde percebi que errei em uma das perguntas, chamei o professor, lhe pedi uma folha de prova para poder reescrever, ele simplesmente disse não. Depois de mim, pediram mais duas pessoas, voltou a recusar, passou um tempinho chegou outro professor e lhe pediu folhas de prova, pois os alunos/as da turma dele estavam precisando de novas folhas de provas, ele, o professor que estava de vigia na minha sala, pegou as folhas de provas destinadas à nossa turma e deu para o outro professor levar, a sala ficou em silêncio. Passaram alguns minutos, vi um professor conhecido meu, lhe chamei e pedi uma folha de prova, ele foi buscar a folha e trouxe para mim e foi embora. Em seguida, veio o professor e me disse para jogar a folha que recebi na janela, pois eu não ia usá-la, lhe neguei o pedido, ele pegou a minha prova e escreveu "Esta prova está nula" depois me mandou sair da turma.

Um colega meu, que era responsável pela turma lhe confrontou e ele simplesmente pegou a folha da prova do meu colega, dobrou a folha e depois jogou no chão e amassando-a, com cara de sorriso dizendo para o meu colega em crioulo "*Si abo i homi, peran na rua*", que significa (Se você é homem, me espera na rua). Aquilo foi tão apavorante para nós que, a metade da turma se juntou conosco depois de terminarem de fazer as provas, fomos até o conselho técnico e pedagógico, na sala dos professores, ninguém quis nos ouvir, ninguém deu a cara, o próprio professor da disciplina se negou a nos ouvir. Uma colega minha que agora faz parte do corpo discente da UNILAB em Bahia, me disse Mariama, não se preocupa quando o professor da disciplina, der olhada na sua prova ele, não vai anular a sua prova, pois ele sabe que você é uma das alunas mais destacada nessa disciplina, mesmo não acreditando naquilo que ouvi da minha colega, tive fé. Passou uns dias, o professor entregou as provas, tirei boa nota, mas ele escreveu uma nota de observação dizendo "Já que o professor que estava de vigia disse que a prova está nula, então considera-a nula".

Duas semanas depois, saiu o resultado das provas global, fui ver o resultado e vi que fui mandada para avaliação final e que o professor da disciplina ia dar explicações daquilo que ele acreditava que, provavelmente viria na prova final, cobrando uma taxa em dinheiro. No dia da explicação, estava o professor da disciplina recebendo o dinheiro dos alunos/as, me olhou, pegou o meu dinheiro e me disse que sentiu muito por eu ter ido à avaliação final, sendo uma das suas melhores alunas.

No ano letivo 2015/2016, ano da minha conclusão do ensino secundário, correspondendo a doze anos de escolaridade, tinha um professor que lecionava a disciplina

de história. No primeiro dia da apresentação da disciplina, avisou que ao entrar na sala de aula, ninguém mais podia entrar, ao se aproximar da sala de aula e deparar com aluno/a fora da sala, a pessoa não podia entrar e, discordamos e tentamos negociar, mais não foi o caso, pois, ele, deixou bem claro que é ele quem manda e, quem não concordar que não assista as suas aulas. Também havia uma cultura de entrar no tempo de um outro professor que também faltava muito às aulas, quando ele, entrava ninguém mais podia entrar, às vezes a gente não entendia o que ele explicava, no final perguntava para nós se havíamos entendido algo, dizíamos não, ele, simplesmente, pegava sua mochila e dizia, vocês entenderam tudo indo embora sem mais e sem menos, foi assim todo o trimestre.

Estes momentos da minha trajetória educacional penso ser demonstração de um cotidiano escolar onde as relações entre professores/as e alunos/as são desiguais e problemáticas. Por esse motivo, carrego muitos questionamentos comigo, a exemplo: De quem é a culpa? É do governo que não paga o salário dos/as professores/as? E, estes por sua vez descontam suas fúrias e frustrações em nós que, estamos na sala de aula para sistematizar os nossos conhecimentos. A culpa é dos professores que carecem de uma formação adequada? Ou saem de suas casas a caminho da escola estressados/as? O que é que a escola faz para mediar esses conflitos entre os/as professores/as e os/as alunos/as?

Por um outro lado, carrego marcas e traumas de um sistema de ensino precoce, tradicional e bancário que ainda acompanha o meu ser como aluna universitária. Quando entrei na UNILAB, passei por muitas dificuldades tendo em conta o próprio ensino que frequentei em Guiné-Bissau, era uma dor de cabeça insuportável ao ver e tentar ler um livro de mais de cem páginas, apesar de sempre ter uma boa escrita, não sabia nem como começar um trabalho acadêmico. Falar na sala de aula, era o que eu mais temia, mesmo tendo ideias formuladas na cabeça, não conseguia me expressar, a minha primeira apresentação do seminário me deixou apavorada que nem jantei naquele dia, só pensava em como eu iria falar na frente de uma turma inteira, algo que eu não estava habituada a fazer, sempre foi pergunta e resposta de forma direta, sem tirar nada e nem acrescentar também.

Minha primeira experiência ao fazer um trabalho acadêmico foi na disciplina de LPT 1, quando a professora pediu para fazer um pré-projeto como trabalho final, foi um trabalho que hoje, vejo e digo a mim mesma, parabéns por ter ao menos superado isso, pois, hoje, considerando que já faço trabalhos acadêmicos com mais facilidade, aquele foi o pior que já fiz em todo o meu percurso educacional e, para passar na disciplina, ou seja, para conseguir tirar uma boa nota, a professora teve que me indicar a um outro

aluno de nacionalidade angolana da minha entrada, ele saiu de Angola fazendo ensino superior, com ajuda e orientação dele e com um outro aluno guineense que eu mesma procurei, pude finalmente conseguir ter nota boa e ser aprovada na disciplina. São situações que relato aqui com tristeza por conta da deficiência do ensino educacional do meu país, mas também com muito orgulho, pois a Mariama que hoje escreve esse texto, evolui bastante a nível acadêmica, hoje, uma aluna universitária que precisa de ajuda, mais não como antes, é uma superação grandiosa demais e um orgulho indescritível que sinto de mim mesma ao escrever um trabalho acadêmico e receber e-mail dos/as professores/as me parabenizando pelo texto, olho para trás e percebo a minha evolução e, como estou me superando a cada amanhecer.

Perante o acima citado, quis estudar essa temática, com o objetivo de trazer à tona a existência de questões abusivas que acontecem nas salas de aulas e, que nós os/as alunos/as da rede pública somos obrigados/as a enfrentar nas salas de aulas das escolas públicas em Guiné-Bissau e, não só, como também mostrar as consequências negativas de um sistema de ensino tradicional e bancário. Desta forma, por não querer que esses acontecimentos fiquem apenas na minha memória como lembranças de algo que aconteceu, mas como algo que merece toda a nossa atenção, que merece ser discutido por nós, enquanto agentes em formação para atuar na educação. Exatamente, por ser algo que não aconteceu apenas comigo, mas que parece estar presente todos os dias na nossa instituição escolar pública, e que poderá voltar a acontecer com outro/a aluno/a. Essa situação, me despertou um olhar pesquisador e me impulsionou a querer estudar a relação professor e aluno/a, compreender até que ponto a educação nas escolas públicas em Guiné-Bissau, se apresenta ou não de forma democrática, dialógica, e acima de tudo formadora.

A nosso ver, o tema tem grande relevância socialmente, uma vez que se busca mostrar as contradições de uma educação bastante conturbada, que poderá resultar no abandono escolar, na desistência, e, na reprovação de muitos/as alunos/as que não conseguem lidar com situações parecidas acima mencionadas. Pois, a relação aluno/a professor/a é algo que não se discute nas salas de aulas em Guiné-Bissau, e, praticamente, não há produções científicas acerca do tema. Podemos perceber que há uma carência de discussões tanto por parte dos/as alunos/as, assim, como dos/as professores/as, o que se consiste em uma situação bastante preocupante e alarmante, penso que é um tema que merece toda a nossa atenção enquanto cientistas sociais e agentes da educação, pois não se trata só de formação para o mundo do trabalho, mas também, trata de formação humana para a cidadania

No âmbito educacional, esta pesquisa pode trazer novas reflexões através de debates e discussões voltadas à relação aluno/a e professor/a dentro das salas de aulas das escolas públicas em Guiné-Bissau. Como também, por ser um tema novo para a sociedade guineense em geral, servirá de instrumento ou bússola para sustentar, assim como, para abertura de novas pesquisas ligadas a essa área do conhecimento. Acreditamos que, ao se propor este estudo poderá se promover uma discussão de forma crítica a este trabalho, que poderá proporcionar uma profunda rede de transformação por parte dos/as professores/as e a possibilidade de se repensar as suas práticas pedagógicas e, posteriormente, suas condutas para com os/as alunos/as. Bem como, não só por parte dos professores/as, mas também por parte dos alunos/as que sofrem violência advinda dessa relação desigual dentro da escola por parte dos/as professores /as e, acabam não denunciando, ficando calados/as perante a estas situações por medo ser/serem reprovados/as, o que podemos denominar como prática de silenciamento por parte da escola que, muitas das vezes, não dá aos alunos/as a possibilidade de se manifestarem um descontentamento, pois não tem a quem e a aonde recorrer e por cima são obrigados a lidar com as mesmas situações em determinados momentos.

Para nós que acreditamos que a educação pode mudar o rumo de um país, podemos dizer que, as políticas educacionais fazem parte de todo um processo que envolve o desenvolvimento de um país. Com isso, deve ter o intuito de oferecer uma educação de qualidade, igualdade e equidade para com a sua população, para que estas tanto no presente, assim, como no futuro possam estar desenvolvendo suas capacidades de se comunicar, compreender e defender a visão do mundo que lhes rodeiam, visando um pleno desenvolvimento em todas as áreas da vida.

E, estas políticas públicas precisam ser eficientes para poder abranger toda a população, uma vez que, constitui um grupo de pessoas diferentes com necessidades e anseios diferentes.

Tendo em conta os relatos acima descritos e as conversas que tive com alguns/as colegas sobre tal situação que também alegam ter passados/as por situações semelhantes, acrescido das sucessivas greves na área da educação das redes públicas por não pagamento dos salários, e, as exigências por uma melhor condição de trabalho, podemos afirmar que, politicamente, o Estado da Guiné-Bissau, parece não se interessar muito com a situação da educação no país.

No caso específico que pretendemos tratar, a ausência de políticas, do modo como vem se configurando a educação nas escolas públicas, uma vez que os/as alunos/as estão

sujeitos a todo tipo de relação autoritária e violenta por parte da escola e dos próprios/as professores/as, o que também enfraquece a dinâmica de uma educação de qualidade prevista na constituição da República.

Dado isto, este trabalho tem o intuito de questionar os corpos presentes no aparelho do Estado, sobre que educação pretendem nos oferecer? E, para que fins? Qual é o papel da escola? Assim como, demonstrar como a educação pública lida ou não com este tema para a sociedade em geral. Em contrapartida, apresentar ao Estado a necessidade de uma educação que dê espaço aos nossos pensamentos democráticos–e críticos, não aos nossos medos, inseguranças. Com isso, possibilitar uma educação que vislumbra valores que sirva de exemplo para os/as alunos/as, ansiando a formação humana no sentido mais amplo da palavra. Almejamos que este debate possa alcançar ao ministério da educação nacional da Guiné-Bissau, e, estes por sua vez possa possibilitar políticas que modifiquem a realidade a ser desenvolvida, para se alcançar uma educação de qualidade nas redes públicas e cumpram os seus juramentos de servir a população que os colocou onde estão, fornecendo-lhes uma educação de qualidade, igualdade e, de equidade.

1.3. Primeiros debates sobre a professor/a-aluno/a no ensino-aprendizagem

A figura do professor/a e do aluno/a caracteriza-se de maneira distinta, cada um/a com a sua maneira de pensar, de ser, de agir, e, de se relacionar com outros/as indivíduos do seu meio social e com a natureza em sua volta, portanto são seres de socialização e convívio, ao chegarem à sala de aula que, é um espaço que precisa de dois personagens para fazer acontecer a educação, e estes por sua vez tem um objetivo em comum, chegar a aprendizagem significativa, no entanto, a relação dos dois corpos precisa ser saudável, o mais natural possível, onde haja constante diálogo, de modo que facilite o processo do ensino e aprendizagem, já que, a sala de aula possibilita encontro de histórias, de experiências, de seres pensantes, de um lado e do outro, o/a professor/a que traz conhecimento e o/a aluno/a que carrega histórias, marcas, simbologias, saberes a serem sistematizados. Posto isso, apoiamos nas palavras de Vasconcellos (1993 apud SILVA, GARBIN E NASCIMENTO, 2011, p.3) para legitimar o nosso pensar;

[...] a sala de aula é o lugar em que há uma reunião de seres pensantes que compartilham ideias, trocam experiências, contam histórias, enfrentam desafios, rompem com o velho, buscam o novo, enfim, há pessoas que trazem e carregam consigo saberes cotidianos que foram internalizados durante sua trajetória de vida, saberes esses que precisam ser rompidos para dar lugar a novos saberes.

Neste quesito, defendemos que, sala de aula deve ser um ambiente propício, um lugar de constante diálogo, onde acontece a mudança, ajuda mútua, um espaço de respeito, companheirismo que seja agradável para todos/às, lugar de troca de experiências, de aceitação, um lugar que permita que, os/as alunos/as desenvolvam suas capacidades psicomotoras e críticas. O/a professor/a para além de professor/a, necessita ter em mente que os/as seus/as alunos/as, não são vasos que precisam de flores, mas sim, seres humanos que carregam conhecimentos a serem sistematizados, para assim, se tornar, não só professor, mas também um/a educador/a compreensível, um ombro amigo/a, uma pessoa justa que saiba elogiar, encorajar, criticar sem deixar marcas negativas e, acima de tudo, precisa entender especificidades de cada aluno/a, levando em consideração o momento de aprendizagem de cada um/a para poder gerar a confiança e facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Conforme situa Martins, Silva, Soares e Vasconcelos (2005, p. 6):

Para que a aprendizagem aconteça é necessário que o professor reconheça seu papel diante da interação que manterá com seu aluno. O professor deve estar atento a sua função primeira a de saber apresentar condições favoráveis à apropriação, por parte do alunado, de conhecimentos acumulados e socialmente tidos como relevantes. São estes conhecimentos que servirão de instrumental para seu agir no mundo, para o pensar sobre si e sobre as coisas da sua vida.

Esta concepção do autor diz respeito a preocupação do papel do/a professor/a para a construção de uma dimensão humanizadora e cidadã em relação ao estudante. Desta forma, continua o autor citado:

O professor precisa dar, ao aluno, apoio moral e sentimentos de segurança e confiança, ou seja, estimular o autoconceito da criança. O educador deve evitar fazer críticas negativas para não aguçar a insegurança e o sentimento de incapacidade. (IDEM)

Com isso, percebe-se que, na teoria, a relação entre estes sujeitos deve ser construída de forma harmoniosa, pois:

O educador precisa reconhecer a sua significação para o educando, respeitando as limitações do mesmo, favorecendo uma relação baseada no respeito mútuo. Assim, propiciando um ambiente escolar favorável a uma aprendizagem significativa (IDEM).

Para isso, entendemos que se faz necessário que haja afeto para melhor se compreenderem uns aos outros/as, a fim de fazerem acontecer a aprendizagem,

considerando que a figura do/a professor/a se constitui de forma fundamental no processo do ensino/aprendizagem, pois acreditamos que, ele/a é o elemento chave para despertar a atenção do/a aluno/a, quanto a questão da aprendizagem, sendo que, o/a aluno/a tem no seu imaginário a imagem do professor/a como espelho, uma referência, ou seja, em outras palavras podemos dizer, um ombro para chorar quando precisar, uma mão para apertar quando necessitar, um instrutor para lhe instruir quando tudo ficar confuso, então, para isso é necessário que o/a professor/a seja alguém capaz de ver o/a aluno/a para além de um simples corpo em aprendizagem, mas como um ser humano de emoções, que precisa ser escutado/a, compreendido na sua totalidade. Para isso, Oliveira (2010, p. 9 - 10), enfatiza que.

Não cabe ao professor se preocupar somente com o conhecimento através da absorção de informações, mas também, com o processo de construção da cidadania do aluno e para que isto ocorra, é necessária a conscientização do professor de que seu papel é o de facilitar a aprendizagem, e estar aberto às novas experiências, procurando compreender, numa relação empática, também os sentimentos e os problemas de seus alunos para tentar levá-los a auto-realização.

Dessa maneira, faz-nos compreender a dimensão da escola e da educação no seu todo, leva-nos a perceber a relação do/a professor/a e aluno na base de diálogo, reciprocidade e ajuda mútua, pois se o/a professor/a se envolver com os/as seus/as alunos/as, estes por sua vez facilitarão a prática pedagógica do/a professor/a e, no final todos/as sairão ganhando e munidos de aprendizagem significativa que servirá para a construção de uma sociedade mais justa e transformadora.

1.4 Metodologia

Como toda a busca precisa de um começo, a nossa pesquisa também precisou dar os seus primeiros passos, seguiu caminhos para chegar ao resultado que hoje apresentamos aos nossos/as leitores/as, ou seja, buscamos traçar caminhos metodológicos considerados adequados, com o objetivo e o intuito de atingir o planejado e, conseqüentemente, ter resultado esperado.

Na base disso, o primeiro caminho percorrido após a escolha do tema da pesquisa e da problematização, consistiu em fazer levantamento bibliográfico ou uma pesquisa exploratória, assim sendo, procuramos desenvolver o nosso valioso trabalho consultando bibliografias já existentes que no corpo do trabalho trata da relação professor/a-aluno/a dentro das salas de aulas.

A pesquisa bibliográfica consistindo no levantamento de referências teóricas já analisadas e publicados por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos e dissertações científicas (Gil, 2002), nos deu suporte e ainda nos permitiu visualizar um pouco do que já foi estudado acerca da relação professor/a-aluno/a em sala de aula de maneira que, nos enquadrou significativamente, na medida em que nos permitiu melhor recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual procuramos a resposta.

Assim como, a nossa pesquisa tem um caráter exploratório, na medida em que, usufrui do levantamento bibliográfico acerca do tema, entrevista com pessoas que tiveram experiências com o problema pesquisado, por outro lado, também envolve a descrição do processo que leva ao conhecimento mais amplo do tema pesquisado. De acordo com Gil (2002, p.42): “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”, pela árdua caminhada que fizemos durante a construção desse texto, descrevemos tudo o que achamos pertinente para a validade do nosso texto, inclusive, as entrevistas que realizamos.

Diante do tema em questão e de muitos questionamentos que o nosso texto vem levantando ao longo da escrita, optamos por recorrer a pesquisa qualitativa visto que, de acordo com Creswell (2010, p.206), “a investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação de dados”. Ainda de acordo com Minayo (2000, p.21-22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis.

Sendo assim, ao identificarmos que, somente as bibliografias não nos possibilitaram uma discussão e análise mais profunda acerca do que planejamos pesquisar, de modo que optamos por envolver o método do estudo de caso para obter mais informações voltadas ao nosso tema. Sendo assim, nas palavras de Gil (2002, p. 54) considera:

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado

conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados.

Dessa maneira, podemos classificar o estudo do caso como, uma metodologia que tem por suporte na sua realização uma multiplicidade de fontes, visando investigar de uma maneira mais profunda uma determinada situação-problema (caso), chegando ao seu conhecimento de uma maneira minuciosa e clara.

Motivo pelo qual escolhemos a técnica da entrevista semiestruturada para coletar os dados, ou seja, ainda podemos dizer que, fomos ao encontro de outros/as sujeitos/as para formar o par que o nosso trabalho propõe no seu todo, no caso, pesquisador/a-pesquisado/a. Sendo assim, a entrevista semiestruturada consiste em apresentar um roteiro de perguntas fechadas e abertas, dando aos entrevistados/as a possibilidade de se pronunciar sobre o tema em questão e não se prender ou apegar apenas no que lhe foi apresentado, por meio da entrevista semiestruturada, procuramos dar consistência e validade ao nosso texto.

Ainda, de acordo com Minayo (2002), a entrevista, sendo fonte de informação, dá a possibilidade de obter dados da natureza de duas maneiras ou fontes. Uma delas, a primária que consiste nas informações obtidas na fala das/os próprias/os entrevistados/as, informações pela qual permite o sujeito viajar e se mergulhar na própria vivência do passado, trazendo a sua visão crítica que foi reprimida antes. A outra, secundária onde as informações que o pesquisador pode conseguir por meio de outras fontes, exemplos: censos, estatísticas, e outras formas.

Na mesma linha de pensamento, May (2004, p.70), compreende a entrevista como técnica que: “Geram compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas”. O que nos faz perceber que, as entrevistas não são algo passivo ou um simples meio de obtenção de informações desejada pela/o pesquisadora/o, mas sim, é um meio de troca de informações, de saberes que dialogam, pois, de alguma maneira as experiências acabam que aparecendo de forma semelhante em algum momento da conversa. Significa, no nosso entender, que a entrevista semiestruturada dá ao entrevistador/a possibilidade de recolher informação com detalhes importantes e ao mesmo tempo permite a/o entrevistada/o explicar o seu pensamento à sua maneira e, ainda, dar opiniões que julga ser importante.

Ao partirmos do ponto de vista de que, é no falar diretamente sobre a/o outra/o com ela/e mesma/o que poderemos obter informações a respeito da sua percepção e dos

seus sentimentos sobre algo, informações que julgamos ser importantes e indispensáveis para o nosso trabalho, recorreremos à entrevista da natureza primária que, achamos por bem o mais adequado para coletar as informações do nosso problema de pesquisa.

Vale a pena salientar que esta modalidade de pesquisa, nos permitiu, não só extrair as informações desejadas como também, ouvir as opiniões, as maneiras de sentir dos nossos convidados/as (entrevistados/as), o que de alguma forma vai em diálogo com o que apresentamos na nossa justificativa, constituindo um certo tipo de identidade entre nós (pesquisadora/o-pesquisadas/os).

Para a realização da nossa pesquisa na fase da entrevista, convidamos 6 participantes, que não serão identificados/as, mas utilizaremos pseudônimos. Sendo que, três de sexo feminino e três de sexo masculino, todos/as de nacionalidade guineense, cuja trajetórias educacionais foram pelas instituições públicas do capital da Guiné-Bissau, Bissau.

Dos/as 6 entrevistados/as, um menino e uma menina são egressos da UNILAB e os 4 restantes ainda estão cursando as terminalidades em ciências humanas e exatas da UNILAB, são pessoas provenientes dos cursos de Antropologia, Sociologia, Pedagogia, Agronomia e História.

Todos/as são estudantes de baixa renda que atravessaram o Atlântico por meio de um concurso público realizado para ingressar na UNILAB, deixaram suas raízes em busca do conhecimento. Vale a pena salientar, que não foi fácil conseguir fazer as entrevistas, pois, não conseguimos entrevistar os/as primeiros/as abordados/as, razões pelo qual tivemos que começar uma nova busca que, no fim acabou dando certo com as 6 pessoas que aceitaram logo de antemão.

CAPÍTULO 2: RELAÇÃO PROFESSOR/A-ALUNO/A NAS PROPOSIÇÕES PEDAGÓGICAS E NA POLÍTICA EDUCACIONAL DE GUINÉ-BISSAU

O presente capítulo pretende indicar como as teorias pedagógicas propõem que sejam a relação existente professor/a-aluno/a no ensino-aprendizagem como dimensão importante dentro da educação. Assim, em seguida, apresentamos a política educacional em Guiné-Bissau buscando-se identificar qual sua base teórica e pedagógica para a educação do país considerando-se o tema desta pesquisa.

2.1. As teorias pedagógicas sobre a relação professor (a) /aluno (a)

A relação professor/a e aluno/a nos últimos anos tem sido bastante pesquisado por autores/as de diferentes correntes ou teorias pedagógicas, no nosso entender a busca se dá devido o tema estar se tratando de uma relação interpessoal que, merece ser tratado com cautela e também por se caracterizar de uma maneira muito importante para o processo de ensino e aprendizagem. Posto isto, iremos trabalhar com autores/as que dedicaram uma boa parte do tempo estudando a temática, considerando que a educação teve muitas transformações ao longo dos tempos.

No entanto, temos o Libâneo que classificou e dividiu as teorias pedagógicas em dois grandes grupos; as liberais e as progressistas, sendo que as teorias liberais compreendem: a teoria tradicional, renovada progressista e renovada não diretiva e tecnicista; as progressistas por outro lado, compreendem: a teoria libertadora, libertária e a crítico-social dos conteúdos.

Assim, segundo Libâneo (1990, p. 150) na perspectiva da teoria liberal o papel da escola é preparar o/a aluno/a para o desempenho das funções sociais, ou seja, a escola não dá o indivíduo a possibilidade de transformar o meio, mas sim o da manutenção, da adaptação daquilo que já existe, no caso, os valores e normas que a sociedade impõe. Sobre isso o referido autor

Os modelos centrados no professor caracterizam-se por estarem mais focados no ensino que na aprendizagem, são essencialmente identificados pela transmissão de informação e por métodos diretivos. Os conteúdos e materiais são todos pré-definidos, a aprendizagem colaborativa entre estudantes é rudimentar.

De acordo com Luckesi (2005 apud Nunes, 2017), o/a aluno/a na teoria liberal se caracteriza como um ser inerte ou passivo/a, cuja única função na sala de aula é o de ouvir a explanação do/a professor/a atentamente, ou seja, uma aprendizagem de forma receptiva e mecanizada. Neste caso, podemos perceber que, o termo liberal não diz respeito à democracia, ou seja, não tem nada a ver com a ideia do avanço, progresso e muito menos transformação social.

Na pedagogia tradicional segundo o Libâneo (1990), o/a professor/a é o centro de tudo, ele/a é o responsável pela exposição da matéria e interpretação por meio de ilustrações e oralidade, enquanto que, o/a aluno/a é um mero receptor dos conteúdos trazidos pelo/a professor/a, o/a aluno/a está sempre na condição de receptor/a, fala quando é perguntado algo e deve ser respondida de acordo com o conteúdo exposto pelo/a professor/a sem nada acrescentar, a educação, no entanto, acontece por meio de transmissão e reprodução de conhecimentos passados.

Na teoria liberal renovada a escola ainda forma o/a aluno/a para fins sociais tendo em conta a sua realidade, ou seja, a escola nessa perspectiva busca educar o/a aluno/a tendo em vista suas necessidades sociais, trazendo o/a aluno/a como elemento principal no seu processo de desenvolvimento, considerando suas habilidades mentais e cognitivas, diferentemente da teoria tradicional, aqui o/a aluno/a mergulha em constante descoberta e se auto aprende. Os conteúdos são dados baseados na vivência e realidade dos/as alunos/as para que, no final estes assumem um papel na sociedade, o papel da escola nesta perspectiva consiste em levar a/a aluna/o a assumir o seu papel na sociedade, buscando mudanças e transformações, pois os conteúdos estão relacionados a vivência e experiências deles/as. O/a professor/a é só um auxiliador, facilitador no desenvolvimento das habilidades (LIBÂNEO, 1990).

A teoria liberal renovada não diretiva pensa ou trabalha mais o interior do/a aluno/a, para que este/a possa se adaptar ao ambiente, ou seja, essa pedagogia se preocupa mais com o psicológico do aluno, neste caso, o ensino e aprendizagem está voltado a mudança de percepções, e o/a professor/a se configura como facilitador do processo, se estabelece uma relação de respeito entre ambas as partes e o/a aluno/a é autônomo e ativo, tornando-se o principal sujeito de sua aprendizagem (NUNES, 2017).

Tendência tecnicista prepara o/a aluno/ para o mundo do trabalho, busca produzir e inserir o/a aluno/a na sociedade apenas para o trabalho sem, no entanto, lhe dar a possibilidade do raciocínio crítico e muito menos preocupação com as mudanças que vão ocorrendo na sociedade, conforme Libâneo (1990, p.27):

Outros traços dessa corrente: centralidade no conhecimento em função da sociedade tecnológica, transformação da educação em ciência (racionalidade científica), produção do aluno como um ser tecnológico (versão tecnicista do “aprender a aprender”), utilização mais intensiva dos meios de comunicação e informação e do aparato tecnológico.

Assim, podemos vê-la como uma espécie de controle que impede de certa forma o crescimento pessoal do/a aluno/a, pois também não se difere muito da pedagogia tradicional, tratando o/a aluno/a como um ser inerte, que está ali só para receber os conhecimentos e reproduzi-la, o papel do/a professor/a consiste em organizar os conteúdos para que sejam fixados pelos/as alunos/as.

Segundo Nunes (2017), as teorias progressistas libertária e libertadora tem semelhanças no que diz respeito a questão da autogestão pedagógica e antiautoritarismo, na qual Paulo Freire foi adepto da teoria libertadora, o papel da escola nesta perspectiva é de formar indivíduos conscientes do seu papel na sociedade para que possam buscar mudanças e transformações sociais, nesta perspectiva, o/a professor/ e o/a aluno/a se relacionar de igual para igual, concentrando a aprendizagem por meio da resolução de situação dos problemas que vão aparecendo.

A teoria pedagógica progressista libertária visa, transformar a personalidade do/a aluno/a mais libertária, podendo desenvolver livremente e ter a capacidade de autogestão de si, levando o que aprendeu na teoria para a sua vida e para a comunidade através da prática e através dela se estabelece uma relação de orientação entre o/a professor/a e os/as seus/as alunos/as, este último/a são livres. Conforme apontam os estudos de Freire (1990, p. 54):

[...] o foco principal é que os conhecimentos sejam compartilhados de forma mútua. Ou seja, professores e alunos aprendem uns com os outros. O professor então, deixa de ser detentor e passa a ser mediador do conhecimento, possibilitando que o aluno faça suas próprias análises e conclusões

Teoria crítico social dos conteúdos tem por objetivo desenvolver aprendizagem por meio dos saberes acumulados e trazidos pelos/as alunos/as, ou seja, podemos considerar essa teoria como um meio que busca mudanças para que todas pudessem ocupar um espaço na sociedade, a relação professor/a e aluno/a se dá por meio de participação e mediação dos conhecimentos e saberes sistematizados. Para Libâneo (1990, p. 32):

Nessa orientação, a aprendizagem resulta da interação sujeito-objeto, em que a ação do sujeito sobre o meio é socialmente mediada, atribuindo-se peso significativo à cultura e às relações sociais. A atividade do sujeito supõe a ação entre sujeitos, no sentido de uma relação do sujeito com o outro, com seus parceiros.

Até aqui fizemos menção aquelas ideias pedagógicas mais estudadas no campo da teoria, nesse momento quero apresentar as concepções de outras proposições como aquelas que discutem as relações étnico-raciais no Brasil, que ainda são poucas estudadas na história da educação, mas que trazem proposições importantes, no nosso caso localizar como elas discutem a relação professor/a-aluno/a em suas pedagogias. Aqui se refere a pedagogia Inter étnica, a pedagogia multirracial e a pretagogia.

A pedagogia interétnica é uma proposição construída nos meados dos anos de 1970 do século XX pelo Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB) na cidade de Salvador. Conforme demonstra Lima (2018, p. 102):

A pedagogia interétnica tem como objetivo fundamental o estudo e a pesquisa do etnocentrismo, do preconceito racial e do racismo transmitidos pelo processo de socialização ou educacional (família, comunicação, escola, sociedade global e meios de comunicação social), além de indicar medidas educativas para combater os referidos fenômenos).

Entre vários debates, que não serão foco de nosso estudo, localiza-se sobre a relação professor-aluno a proposição de uma educação que tenha como procedimento a dimensão dialética, conforme Lima (2017, p. 107) este procedimento “[...] permite uma visão de conjunto da realidade a partir de uma consciência crítica e transformadora”. Desta forma, podemos identificar que a esta pedagogia se alinha a compreensão libertadora que a educação deve ter e a necessidade de um/a professor/a que seja mediador da aprendizagem.

A pedagogia multirracial foi elaborada na cidade do Rio de Janeiro na década de 1980 do século XX, tendo como protagonista a educadora Maria José Lopes da Silva. O foco da pedagogia é combater o racismo na educação e “trabalhar o patrimônio cultural e histórico dos grupos étnicos excluídos numa perspectiva transdisciplinar, ou seja, em cada um dos componentes curriculares” (LIMA, 2021, p. 108). Podemos localizar que esta proposição de que o professor/a tem um papel importante como mediador na aprendizagem do estudante, para a pedagogia multirracial isto se reflete na forma de avaliação que deve “[...] reafirmar o caráter histórico dos sujeitos que conforme os

sistemas de ensino, portanto passível de diferentes formas de aferição de como se concebe e se apropria dos conhecimentos escolares” (LIMA, 2021, p. 114). Em especial por esta pedagogia articular os debates trazidos pela educação popular, então aqui podemos indicar seu caráter transformador e libertador.

A pretagogia é pensada como um referencial teórico-metodológico tendo como princípios fundamentais a dimensão da ancestralidade para contribuir com a história e a cultura africana e afro-brasileira, conforme apregoa a legislação nacional, mas também, como síntese das experiências afrodescendentes de diferentes sujeitos. Outros elementos são vinculados a tradição oral, o corpo, a religiosidade e o território que forjam os elementos de pertencimento à africanidade presente na sociedade brasileira segundo Petit (2015, p. 152): “[...] é um referencial teórico-metodológico pois embora tenha o corpo como fonte e produtor de conhecimento, não dispensa uma teorização, mas sempre desde o corpo”. Podemos localizar que nesta proposição o professor em relação ao estudante se torna um mediador para trabalhar a dimensão étnico-racial, para além de uma simples conscientização racional. A linguagem do sentir, tocar, fala muito [...], desta forma a pesquisa-ação é uma ponte para suas intervenções. Conforme Petit (2015, p. 182): “A pretagogia valoriza por demais a construção coletiva do conhecimento, inclusive pela nossa relação com a educação popular, na qual nós fundadoras temos inserção”. Com isso indicamos também o caráter libertador e crítico desta proposição.

Chamamos a atenção que o percurso pelas teorias pedagógicas não tem a pretensão de abordá-las em sua totalidade ou se aprofundar no estudo de cada uma delas, mas espera-se que a visão sobre a necessidade das relações educativas serem conceitualmente fundamentadas tenham sido compreendidas. Assim, uma reflexão importante que deve ser ressaltada ao se analisar criticamente os modelos pedagógicos é sua possibilidade de problematizar o paradigma atual presente na educação, e que estão atravessados por um ou por outros elementos das ideias aqui tratadas, nos provocando para que nos tornemos eternos pesquisadores.

No próximo tópico pretendemos olhar com mais atenção a política educacional em Guiné-Bissau e como se pode perceber ou não a influência dessas teorias pedagógicas para a educação daquele país, em especial o que se diz sobre a relação professor/a – aluno/a, foco de nossa investigação.

2.2. Breve história e políticas educacionais em Guiné-Bissau

Falar da política educacional na Guiné-Bissau é retroceder ao passado, não tem como falarmos da política educacional guineense sem antes trazer o passado vivido neste pequeno país. Para entendermos os acontecimentos atuais sobre a educação neste país, teremos que voltar para a era pré-colonial que se caracteriza como uma educação não formal, em seguida avançamos para compreender a era colonial (1471-1973) e nas zonas libertadas (1963-1973), desta maneira possibilitamos de uma maneira mais abrangente a compreensão sobre o processo de criação e expansão das políticas públicas atuais no sistema educativo guineense.

De acordo com o Cá (2000, p. 4) nas sociedades africanas em geral, não havia uma educação formal antes da chegada dos europeus, a educação que se fazia presente era uma educação informal. Sobre isso, podemos discutir a partir de Gohn (2006, p. 28), que compreende a educação informal “[...] como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização- na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados[...]”, ou seja, em outras palavras podemos dizer que a educação informal é aquela que não é munido de conteúdos programados, uma educação que não acontece nos espaços escolares. Também não depende de profissionais capacitados/as para estarem na frente das pessoas, acontece num ambiente mais aberto em que toda a comunidade interfere de forma direta ou indireta e o indivíduo vai aprendendo na socialização em grupo, dessa maneira, mostrando que esse tipo de educação, não tem um espaço exclusivo, horas e nem datas para acontecer, mas em todos os dias e todas as horas em qualquer que seja ambiente e circunstâncias. Assim, podemos dizer que é uma educação que valoriza os conhecimentos tradicionais, no caso do continente africano, e que não está baseada em moldes conforme terá quando da colonização dos europeus.

Nessa ótica, compreendemos que a Guiné-Bissau, como país do continente africano, não estaria de fora onde a aprendizagem, não necessariamente, precisava se situar dentro das salas de aulas e, muito menos, com um/a professor/a formado/a, mas sim, uma educação em que todos/as aprendiam na convivência, no cotidiano das relações sociais, através do trabalho em conjunto, do comportamento dos indivíduos e das vivências com os mais velhos.

Com relação à educação, não havia pessoas que ensinassem na sociedade africana tradicional, um ensino formalizado como na sociedade ocidental, nem lugar privilegiado para a transmissão do conhecimento. A forma de educar baseava-se no exemplo do comportamento e do trabalho de cada aprendiz. Cada adulto era, de certa forma, um professor. A educação não se

separava em campo e especialização de atividades humanas. Ninguém se educava apenas por um determinado período, aprendia-se com a vida e com os conhecimentos ao longo do tempo (CÁ, 2000, p. 4).

Estas formas de educação ainda se fazem presentes em muitos países africanos, inclusive, na Guiné-Bissau, sendo passado de pai para filho, ou seja, de geração em geração, principalmente pelo rito de iniciação ou *fanado/fanadu* (esta última denominação em crioulo da Guiné-Bissau). Segundo o Dicionário de Crioulo da Guiné-Bissau (s.d), *fanadu* é um “ritual de iniciação que prepara os jovens e as jovens à vida adulta, à responsabilidade social, ao contato com os antepassados e à habilidade de continuar a cultura do próprio povo”.

O *Fanadu* (Circuncisão/mutilação genital) é denominação em crioulo que foi atribuído como testemunho cerimonial, que segundo a tradição liberta os rapazes e as raparigas ou permite-lhes passar de uma fase para outra, através de vários processos rituais tidos como essências para a maioridade social, e não biológica, dentro da sociedade em que se encontram inseridas. Os rapazes são circuncidados antes da juventude, como sendo a forma de atingir a firmeza ou masculinidade, o principal motivo convocado para tal ação (SILVERMAN, 2004, apud, SILVA, 2012, p. 7), ao passo que as meninas são “mutiladas”² enquanto crianças, sobretudo por razões de precaução da pureza.

Normalmente a realização do Fanadu é feito na “*Baraka di Fanadu*”, que é uma cabana construída no território sagrado da floresta, destinada a albergar os circuncisos durante todo o processo ritual. Esta é uma cerimónia que envolve muitos gastos a nível financeiro, porque para além de tratar da alimentação dos neófitos e dos padrinhos que lá se encontram, os familiares são responsáveis pelas atividades festivas entre outros. (MINER, 1942, p. 622 apud SILVA, 2012, p. 8).

Assim, de acordo com a nossa percepção, tradição como essa seria próximo ao que podemos denominar de educação comunitária, que conforme Gadotti (2010, p.13): “[...] a educação comunitária tem sido também entendida como

² Qualquer forma de educação que pauta pela emancipação da pessoa humana, considero-a libertadora. A prática da Mutilação Genital Feminina, por um lado é considerada como uma prática educadora no contexto em que é praticado, no entanto, eu enquanto mulher e, sobretudo, pedagoga em formação, que pauta pela defesa de uma educação libertadora em qualquer que seja sociedade, condeno a prática nas meninas, pois, entendo que a MGF, além de ser um mecanismo de controle do sexo feminino. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, ela é invasiva, dolorosa, traz consequências negativas na vida da mulher e, fere a sua dignidade enquanto pessoa humana, lembrando que ela em muito dos casos, é feita sem o consentimento da vítima.

desenvolvimento comunitário ou desenvolvimento de comunidades, contribuindo com a organização e o fortalecimento dos laços de solidariedade entre populações empobrecidas ou discriminadas”. Com isso, podemos concluir que neste período o processo educativo é tarefa de toda a comunidade, não sendo necessário grandes estruturas para este fim.

Esta situação vai mudar com o advento da colonização. A colonização de Guiné-Bissau se inicia a partir de 1558, pelos portugueses. Ressaltamos que os colonizadores ao chegarem implementaram uma educação dita formal. Educação esta, que se choca com a definição da educação informal nos parágrafos acima descrito, ou seja, é uma forma de educação com uma outra perspectiva antagônica as formas de educação tradicional, pois, envolvem a adoção de conteúdos programados, com profissionais da educação formados/as e possui espaços e tempos delimitados para os seus acontecimentos, visando atender diferentes situações.

Essa forma de educação implantada pela colonização acontecia em escolas construídas por eles/as, sendo que as aulas também eram ministradas pelos profissionais designados também por eles/as. Observa-se, que esta implementação consistia na exclusão da maior parte dos nativos, pessoas estas que eram proibidos/as de estarem nos espaços escolares por não atenderem/acatarem os pré-requisitos impostos pela colônia portuguesa para serem considerados assimilados/às. Assimilados/às eram compreendidos como aqueles/as pessoas que se despiram das suas raízes culturais para serem aceitos/as no meio social dos invasores portugueses, portanto, discutimos que esta educação tinha como objetivo levar ao abandono das suas práticas culturais, crenças, costumes e assimilação de outras culturas.

Essa forma de educação de base colonial, não ficou apenas na Guiné-Bissau, mas percorreu toda a África, como aponta CÁ (2015, p. 93): “[...] isso acontece quase em toda África principalmente da colônia portuguesa”. Tanto que, no final desse processo colonial acabou gerando desigualdade entre os nativos. De um lado, temos aqueles que se achavam superiores, pois dominavam os conhecimentos estabelecidos pelo colonizador; por outro, havia aqueles que se achavam inferiores pois se sentiam excluídos e incapazes por não se encaixarem nos padrões definidos para os assimilados.

Os assuntos que se estudavam nas escolas criadas pelos europeus eram das realidades europeias baseadas nas suas expansões e conquistas, nos seus contos e, assim, remetendo a ideia de que na África não existia seus próprios conhecimentos e

saberes antes das suas chegadas e a história do continente também não se fazia presente.

Vale a pena ressaltar que, esse sistema educacional europeu, se desenvolveu com maior ênfase devido a ajuda das igrejas católicas que tinham como argumento, purificar as almas selvagens ou levar Deus aos povos bárbaros, fazendo com que a cultura europeia ocidental penetrasse os pensamentos da população por meio da evangelização. Cá (2000, p. 5) afirma que os colonizadores “[...] para desenvolver esse espírito do sistema educacional, o regime colonial português havia-se associado à Igreja Católica no seu dever colonizador para dar a educação às populações coloniais dentro dos moldes particulares da cultura portuguesa”.

O exemplo disso, para se ter bilhete de identidade, os nativos precisavam saber ler e escrever na língua portuguesa, eram as condições mínimas exigidas para ser considerado pelo colonizador um assimilado.

Por outro lado, se encontrava a questão da língua tradicional, o crioulo como sendo língua nacional, sempre foi utilizado no dia a dia das populações, no entanto, nesse período era proibida, ou seja, não se podia falar o crioulo dentro das escolas que eram conduzidas pelos invasores portugueses. Assim, podemos perceber que a educação que se fazia presente na época colonial, estava totalmente divorciada da sociedade guineense.

Com a dominação colonialista na Guiné, a cultura europeia cristã ocidental tentava penetrar na população por meio dos missionários, conforme os princípios de assimilação. A condição necessária para ter um cartão de identidade era saber ler em português e comportar-se como um civilizado. O crioulo, língua veicular do povo guineense, era proibida nas escolas e desprezada pelos portugueses. As tradições eram consideradas como manifestações selvagens (CÁ 2000, p. 7).

No início dos anos 1960 do século XX, a Guiné-Bissau já independente, apresentou um índice elevado de analfabetismo, devido aos rastros deixados na época colonial. Sendo assim, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), após a proclamação da independência buscou alargar a educação de uma maneira que chegasse a abranger o resto da população, pois, sempre souberam que após a independência, o país precisaria de novos quadros para assumir as rédeas da governabilidade, para tanto a educação assumia um status fundamental. Dito isto, também tentaram reverter a educação colonial que foi deixada pelos invasores, assim como pontua CÁ (2000, p. 5), na época da

colonização “as escolas que funcionavam na Guiné-Bissau, segundo o modelo europeu, eram instituições à parte, fechadas em si mesmas, longe da vida comunitária e social das populações indígenas”. Ou seja, o que era programado e ensinado nas escolas da antiga colônia, estavam totalmente desligados daquela realidade e dos costumes sociais em detrimento daquilo que não lhes pertencia de forma alguma.

Mesmo com tantas atrocidades, tantas imposições, a cultura africana se manteve firme através dos seus cantos populares, as línguas foram mantidas preservadas, a colonização não conseguiu impor as suas culturas de modo que os africanos abandonassem totalmente as suas raízes culturais, embora tenha mexido e afetado de uma maneira profunda e violenta as estruturas sociais nos países africanos que foram alvos da colonização, mas, mesmo diante da queda, as culturas africanas optaram por levantar e erguer, sobrevivendo-se. Assim como afirma o Cá (2000, p.6).

A política de assimilação mostrava que Portugal não havia conseguido aniquilar a resistência dos povos dominados e assim sequer enfraquecido essencialmente a cultura dos africanos. Transmitindo oralmente a sua literatura, e também através de canções populares, os africanos conseguiram preservar as suas línguas e continuar a falá-las. A sua cultura não se manteve totalmente intacta, mas sobreviveu, sem dúvida, a muitas das atrocidades cometidas pela colonização portuguesa.

Na tentativa de romper com os laços coloniais, a Guiné-Bissau, juntamente com outros países do continente africano iniciam seu processo pela libertação, iniciada na década de 1960 do século XX. Conforme ia avançando a guerra de libertação nacional, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), criou e montou estratégias de combate não só pela via da força, mas, também por outras vias consideradas como necessárias, a criação de escolas nas zonas libertadas foi uma das várias estratégias de combate a colonização.

Essas escolas tinham, entre outras questões, o intuito de fazer valer a luta pela libertação nacional, assim como desfazer do pensamento da inferioridade que foi criado pelos invasores portugueses. As escolas construídas nas zonas libertadas, era uma espécie de contra-ataque em todos os sentidos, pois, além de ensinar as crianças a se protegerem, também incutiram valores de uma sociedade progressista, pautando no trabalho coletivo, nas soluções de problemas coletivamente para uma causa justa, e não menos importante, também procurava inserir o/a aluno/a na sua vivência cotidiana.

Ao que tudo indica, após o começo da luta de libertação nacional, o PAIGC, tentou resgatar a antiga maneira de educar que se vigorava nas sociedades africanas antes da chegada dos invasores, isto é, uma educação antagônica ao que foi implementado na base da força pelo regime colonial, mas uma educação que buscava ensinar aos educandos/as uma maneira de se protegerem, uma educação que não desligava da vida comunitária, era algo aberto e ainda buscava restaurar a dignidade da população que foi ferida de uma maneira violenta, como podemos apreender no que escreve Cá (2000, p.13):

Esta forma de educação em florescimento era mais aberta e mais dinâmica em relação ao mundo exterior. Esta educação não tinha mais o objetivo principal de produzir uma missão de equilíbrio e de estagnação, mas procurava apoiar-se a favorecer o processo geral da luta de libertação em que se inseria.

A citação acima mostra que, a luta da libertação nacional, ou seja, a revolução não aconteceu só por meio das armas, mas também foi a revolução dos pensamentos e ideologias distintas, enquanto muitos/as lutavam nas florestas com os armamentos que estavam aos seus alcances, outros/as lutavam em casa junto com as crianças, fizeram de tudo para dar uma basta na educação do colonizador que era autoritária e invasor.

De acordo com Djaló (2009 p.74), as escolas nas zonas libertadas tinham suas características próprias idealizados pelo PAIGC:

Esta função do sistema educativo do PAIGC tinha duas características então entendidas como complementares, a primeira é que se tratava de uma escola popular, dedicada à democratização do acesso ao saber; e a segunda característica é que se tratava de uma escola revolucionária.

O objetivo era situar os/as alunos/as nos seus próprios problemas a serem enfrentados de maneira digna para uma causa justa e coletiva, ou seja, semeando para colher os frutos. Em outras palavras, podemos dizer que era uma escola nova que ensinava a população local a se proteger dos inimigos portugueses, uma forma de defesa contra o regime autoritário. Compreendemos que de fato deu frutos, pois, mesmo a população sendo em parte analfabeta, conseguiram se unir e formar frente contra os invasores, diante da tamanha dificuldade em que se encontravam, nunca se deram por vencidos. De acordo com CÁ (2000, p. 12)

Um povo quase completamente analfabeto conseguiu transformar-se em uma organização política e militar bem integrada, apesar de existirem diferentes

etnias. Este povo conseguiu ir melhorando, com regularidade, suas possibilidades de êxito que pareciam um sonho. Aprendeu a dotar-se de uma disciplina autocontrolada, de serviços sociais autoguarneceados, com meios de sobreviver econômicos autorregulados. De uma forma ou de outra, foi superando as suas dificuldades de meios estruturais totalmente limitados, mas minimamente suficientes e que não paravam de crescer.

Com o término da guerra pela libertação e a proclamação da independência nacional no ano de 1973, e aceita por Portugal, no ano seguinte, 1974, houve a necessidade de repensar a educação no contexto nacional, devido às marcas que foram deixadas em todos os setores. A autoridade máxima do governo no momento se preocupou em alargar e expandir as escolas em todo o território nacional. Segundo Cá (2000, p. 15), foram definidas as políticas que foram implementados no sistema educacional dos anos de 1975 a 1997, tendo como as três principais funções;

Em primeiro lugar, a transformação da então estrutura implantada pelo colonialismo português através da dualidade educacional existente em todo país: uma colonial e outra adquirida nas zonas libertadas.

Em segundo lugar, a unidade da educação com o trabalho produtivo, por meio de contato direto dos estudantes com a realidade do país.

Por fim, combater o analfabetismo que era de 90%, considerado uma das sequelas do descaso com a educação durante a dominação colonial

Essa política adotada pelo PAIGC como esforço do processo de independência deu resultado nos primeiros anos, visto que de acordo com Costa apud Indjalá (2019, p.35):

Logo após a independência houve um crescimento de 238 estabelecimentos de ensino e se compararmos a educação pós-independência somente com a colonial houve um aumento de 402 estabelecimentos. Com relação ao número de estudantes se o crescimento somando a educação anterior à independência já é muito significativo, tendo em vista que quase cinquenta e três mil alunos ingressaram no sistema de ensino, na comparação entre educação colonial e do país independente, o aumento se torna ainda mais gritante, pois o número de alunos cresceu em mais de sessenta e sete mil. Quanto ao número de professores, o aumento não é tão significativo se levarmos em conta o número de estudantes, o que reflete que as salas de aulas no país independente tinham um número elevado de alunos, uma vez que ao dividirmos o número de educandos pelo número de professores percebemos que tinham cerca de 47 estudantes por professor.

Ainda que tenha havido mudanças, apesar de todas as tentativas e formas de mudar o sistema do ensino guineense, não há muito a ser comemorado diante das diversas situações que a educação vem enfrentando até os dias atuais.

Observa-se, que os esforços tiveram pouco sucessos, considerando-se que o ensino que ainda se faz presente é, se não o mesmo, bem parecido com as que foram deixadas pelo colonizador, um ensino no qual o professor/a ainda se mantém como o detentor de todos os conhecimentos, os/as alunos/as como um mero receptor dos conteúdos a serem depositados, e, sem contar com a nossa percepção de uma gritante onda de autoritarismo e violência que os/as alunos/as tendem a enfrentar em silêncio nas escolas públicas. No que se refere ao conteúdo escolar, observa-se que ainda estão fora das nossas realidades sociais e culturais, ou seja, não se casam com nada ligada a sociedade guineense e os seus costumes, um divórcio sem direito a nada.

2.3 Sistema educativo guineense

O sistema educativo que, atualmente, se faz presente no cotidiano da sociedade guineense é o resultado das inúmeras tentativas em fazer com que a educação nesta sociedade chegue a atender ou abranger maioritariamente a população. Visto que, depois de ter sua independência proclamada em 1973, a Guiné-Bissau apresentava uma alta taxa de analfabetismo, o que é resultado da educação que foi imposta pelos invasores e excluindo uma parcela da população. Assim, os colonizadores estabeleceram um domínio político que ia ao encontro das suas necessidades como forma de continuar com o processo da colonização e manter o trabalho forçado.

Desde o processo de independência a Guiné-Bissau se encontrava a muito tempo sem uma lei de base que desse suporte para a área da educação, considerando os vários problemas de cunho interno e pressões que foram surgindo ao longo dos tempos. De acordo com Lopes (2014 apud Indjalá, 2019, p. 37-38) a criação de lei de bases para a educação teve como principais razões:

Desta vez, as razões que estão na base da criação da primeira Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau são diversas. Aparecem como razões que determinaram a criação da primeira Lei de Bases do Sistema Educativo guineense: a vontade pessoal do Ministro da Educação, Artur Silva, à data da construção da Lei em contribuir para a resolução dos problemas que afetam o sistema educativo; a pressão dos sindicatos dos professores para a regulamentação da profissão docente; a necessidade de regulamentação da organização do sistema educativo para obtenção de apoio dos parceiros nacionais e internacionais; a ausência de quadro normativo legal que especificasse a organização do sistema educativo; a assunção da educação como setor prioritário na política do PAIGC; a consolidação da ideia de elaboração da LBSE; a existência de uma certa estabilidade política e governativa do país; e a existência da vontade política do governo que dirigia o país – PAIGC, motivada pelo Ministro da Educação, Artur Silva. Assim

sendo, o processo de construção da Lei de Bases do Sistema Educativo é retomado a partir da concordância do Chefe do Governo da altura, Carlos Gomes Júnior, face à proposta do Ministro da Educação, Artur Silva, efetuada a partir de uma nota de reflexão designada “setor educativo – Reflexão, em aprovar a Lei de Bases do Sistema Educativo e o Estatuto da Carreira Docente.

Como podemos verificar, se considerarmos a experiência e o ano da independência da Guiné-Bissau, constatamos que a Lei de Base do Sistema Educativo é relativamente nova, ou seja, foi criada recentemente por meio da Lei nº 4/2011.

Situamos alguns pontos que são importantes para o nosso trabalho. Conforme a LBSE do sistema educativo da Guiné-Bissau, em um dos seus objetivos, pontua o direito à educação e a cultura dos guineenses em primeiro lugar nos termos da constituição da República e das leis. No quinto ponto do LBSE pode-se ler: “Cabe ao Estado, em especial, assegurar a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares”, o que demonstra a responsabilidade do Estado para esta área, no que se refere a possibilitar acesso a todos e todas. Ainda continuando com a LBSE “O sistema educativo deve adequar-se ao meio social que o envolve e visa o pleno desenvolvimento da personalidade humana, democracia e progresso social” (GUINÉ-BISSAU, 2010, p.2). Aqui notamos a preocupação da legislação na garantia de se apropriar dos elementos da realidade do país.

Para cumprir a política estabelecida o sistema educativo guineense, está dividido da seguinte maneira, conforme aponta Barreto (2012, p. 30):

O sistema educativo guineense integra a educação não formal e a educação formal. A educação não formal desenvolve-se nas seguintes áreas: Alfabetização e educação de base de jovens e adultos; Ações de reconversão e aperfeiçoamento profissional, tendo em vista o acompanhamento da evolução tecnológica; Educação dirigida para a ocupação criativa dos tempos livres; Educação cívica. A Educação formal integra, sequencialmente, os ensinos pré-escolar, básico, secundário, técnico-profissional, superior e, outrossim, modalidades especiais e atividades para a ocupação de tempos livres. O ensino básico é universal e obrigatório, desenvolve-se ao longo de 9 anos de escolaridade. Até 6º ano de escolaridade é totalmente gratuito. A partir de 7º ano de escolaridade é tendencialmente gratuito, de acordo com as possibilidades económicas do Estado (Lei de Bases). O ensino secundário compreende o 10º, 11º e 12º ano. O ensino secundário desenvolve-se em dois sentidos.

Do mesmo modo, Lopes (2014) apud Indjalá (2019, p.39), nos traz uma visão mais abrangente dessa divisão do sistema educativo guineense apontando que;

As principais áreas que integra são: a) alfabetização de jovens e adultos; b) ações de aperfeiçoamento profissional; c) educação dirigida para ocupação criativa dos tempos livres; d) educação cívica. Esta forma de ensino - não-formal – ocupa, atualmente, um lugar marginal no sistema educativo, tendo devido à reduzida quantidade de efetivos, docentes/formadores/animadores, como à baixa fatia orçamental dispensada para a mesma.

2.4. O modelo pedagógico e a relação professor/a aluno/a nas salas de aulas das escolas públicas no contexto Bissau-guineense.

A educação na Guiné-Bissau também passou por várias transformações e mudanças, como em qualquer outro país do mundo, já foi e ainda está sendo alvo de conflitos que persistem a todo o custo.

O país herdou o sistema do ensino colonial que foi implantado pelo regime português na época da colonização, vale a pena salientar que, após a independência foram feitas várias tentativas, a fim de mudar, reverter o rumo da educação, ou seja, fizeram várias tentativas na esperança de implementar no país um sistema de ensino que dialoga com a realidade sociocultural dos/as alunos/as.

A intenção era a possibilidade de eliminar o sistema urbano, elitista, excludente e discriminatória, mas apesar de todos os esforços, a educação ainda se configura de forma precária e com um modelo ancorado na forma de uma educação liberal e não crítica. O que para nós guineense significa que ainda há muito a se fazer, um conjunto de sequelas foram deixadas no sistema do ensino guineense e ainda prevalece com muita força, impedindo o avanço de qualquer que seja mudança na educação, considerando a existência de instabilidades políticas que o país vem enfrentando ao longo dos anos de forma sucessiva, também contribui negativamente no processo de difundir uma educação de qualidade para a população. Como o Barreto salienta que:

O país herdou o seu sistema educativo do Estado colonial que desapareceu em 1973 com o fim da luta armada na Guiné e a revolução militar de 25 de abril de 1974 em Portugal. Durante o período de reconstrução nacional, como foi caracterizado os primeiros anos da independência, o setor da educação preocupou-se, principalmente, com o alargamento da abrangência escolar de modo a contrariar o sistema escolar colonial que "era essencialmente urbano, elitista e discriminatório" (FURTADO, 2005, apud BARRETO, 2014, p.20)

O referido autor aponta ainda:

Neste período é reconhecida a tentativa da massificação do ensino, criando escolas em vários pontos do país onde elas não existiam, dando oportunidades de participar da educação escolar às diversas camadas sociais, que até então, estavam excluídas desse processo (p. 21).

Com essa abertura das escolas em alguns cantos onde não existiam, havia também uma necessidade gritante em repensar a forma da interação entre esses sujeitos. Desta forma, como havíamos frisado, a relação professor/a aluno/a se caracteriza de uma maneira fundamental no processo do ensino e aprendizagem que, de acordo com os estudos o/a professor/a também aprende com o seu/a aluno/a. De acordo, com uma abordagem pedagógica libertadora, nessa concepção os/as estudantes já vêm para sala de aula carregando um conhecimento prévio, dessa maneira, desmistificando a ideia do/a professor/a como transmissor dos conhecimentos, mas sim, como aquele/a que aprende em contato com os/as seus/as alunos/as, ou seja, os dois corpos aprendem em conjunto. Discutimos que esta forma de relação mais horizontal não é vista nas salas de aulas na Guiné-Bissau.

Argumentamos que a educação na Guiné-Bissau se apresenta de maneira muito tradicional ligada aquela abordagem liberal de forma mecanizada, principalmente, nas salas de aula das escolas públicas. Uma forma de educação onde só o/a professor/a sabe, ele/a traz seu conhecimento e repassa. Uma educação onde o/a aluno/a, não tem voz e nem vez, como ressalta Barreto (2014) no seu texto, que a educação na Guiné-Bissau, não pode ser tratada como uma educação libertadora na perspectiva daquilo que Paulo Freire nos descreve como educação libertadora.

De maneira geral, a educação em Guiné-Bissau, dá espaço a uma educação onde o/a professor/a se configura como detentor dos saberes que, está diante dos/as seus/as alunos/as para transmitir os seus conhecimentos, sem que haja questionamentos para não colocar a sua autoridade em risco, ou seja, o/a professor/a não incita o pensar crítico do/a aluno/a, só transmite o que sabe. O que na nossa visão enfraquece a dinâmica de uma educação potencializadora que busca transformar os indivíduos e as ações sociais.

O sistema de ensino da Guiné-Bissau parece-nos mais um sistema carcerário, do que um espaço de construção de conhecimentos, de troca de saberes, experiências. Pois, num sistema como este sempre há um grupo de detentos, sendo um se configurando como chefe - o mandante, a quem todos/as devem obediência, quem se ousar a contrapor a opinião do chefe sofre sanções graves, quem ousar a levantar a voz, sofre punição. Discuto a partir de nossa percepção e estudos que é desta forma se apresenta a educação nas escolas públicas em Guiné-Bissau. Pois, na sala de aula o professor é a única pessoa que pode falar, explicar, questionar algo que não é da sua conveniência; e os alunos um mero receptor que só escuta, nem ousa levantar voz para se defender das injustiças, pois ao fazer isso é castigado, suspenso, levado a conselho técnico e

pedagógico para levar palmadas, ser suspenso na escola por dias, semanas, até meses, tudo por quê? Porque é o professor quem manda, é o segundo encarregado da educação, como já ouvi muitas vezes na escola perante situações de conflitos entre os dois corpos (aluno/a e professor/a).

É um sistema de ensino bastante precário que, apresenta muitas deficiências, desestabiliza o/a aluno/a, pois este fica só na dependência do/a professor/a, a única voz a ser escutado/a na sala de aula, por outro lado, os conteúdos trabalhados na sala de aula. Ou seja, o que é visto como conteúdos na sala de aula estão totalmente divorciados das nossas realidades socioculturais, fora do nosso contexto, das nossas vivências, do cotidiano, carência de materiais didáticos, conflitos entre professores/as e alunos/às, fruto da dificuldade de superar o sistema deixado pelo colonialismo. Tem-se também a questão da língua portuguesa que foi implantada obrigatoriamente sem levar em consideração a língua local que é utilizada no cotidiano dos estudantes, conectado a isso as escolas carecem de uma estrutura adequada, como enfatiza CÁ (2005, p. 175):

Em virtude da crise na educação iniciada no final dos anos oitenta na Guiné-Bissau, os efeitos foram muito negativos: as taxas de matrícula em declínio, as taxas de repetência e os frequentes conflitos entre professores e alunos, e uma relação entre professor/estudante baixa eram indicadores que mostravam que o sistema de educação era de baixa qualidade e eficiência. O sistema de ensino era adversamente afetado pelo complexo problema do idioma, currículo inadequado, pobre preparação dos professores, falta de material de instrução e uma infraestrutura escolar deficiente. Uma supervisão inadequada contribuía, também, para a baixa qualidade e eficácia interna.

É um tipo de ensino que dá ao aluno/a uma única saída, decorar os conteúdos mecanicamente para se sobressair nas provas e obter aprovação, passando isso, o que foi estudado para a prova já é assunto esquecido, assim, não dando aos alunos/as a mínima possibilidade de pensar criticamente sobre o assunto e nem para que fins estes poderão ser utilizados na prática com pontua (COUTO E EMBALO, 2010) *apud* Barreto (2014, p. 21)

De acordo com Couto e Embalo (2010, p. 41) em “regra geral, na Guiné-Bissau, os alunos decoram frases mecanicamente, sem nenhum senso crítico”. O perigo deste tipo de ensino é que os alunos retenham apenas as informações necessárias para um objetivo determinado que é ser aprovado, portanto, sem a preocupação de compreender essas informações como o primeiro passo para sua utilização prática, isto é, relacionar essas informações com os outros dados já adquiridos e utilizá-los em contextos diferentes.

A didática da pedagogia liberal tradicional tem resistido nas escolas em Guiné-Bissau e, principalmente, nas escolas públicas, no caso, refiro-me ao liceu Dr. Agostinho Neto que, foi a escola pelo qual estudei desde 7ª classe até o 12º ano e, tive experiências do tipo, o/a professor/a era o centro de tudo, o mais sabido de todos/às, aquele/a que detém todos os tipos de conhecimento e está ali para transmitir o que sabe. Sobre isso, os conteúdos na maioria das vezes são ditados oralmente e nós como alunos/às passivos, escrevemos os conteúdos no caderno de acordo com a leitura do/a professor/a e na prova respondemos da forma como o conteúdo foi passado pelo/a professor/a sem, no entanto, questionar ou acrescentar algo, pois não há espaço para o raciocínio crítico e sim para a memorização e reprodução dos conteúdos. Como salienta o Barreto (2014, p.21)

A rotina das salas de aula guineense começa comumente com um professor ditando os apontamentos que os alunos vão escrever no caderno, precedido da explicação oral da matéria pelo professor, que em poucas vezes depois da explanação, solicita a apresentação das dúvidas pelos alunos. As provas são elaboradas sem o sentido de provocar a reflexão e a imaginação do aluno, sugerindo assim a simples reprodução do conteúdo transmitido pelo professor como respostas às questões da prova.

A partir dessa reflexão percebe-se que a escola nesses moldes não existe para formar cidadãos. Dado isso, entendemos que não há professor/a sem o/a aluno/a, da mesma forma que, não há aluno/a sem professor/a. No caso, que estamos discutindo a sala de aula não existe senão para abrigar o/a aluno/a e o/a professor/a, é não como espaços de troca. Para isso merece ser um ambiente saudável para os dois corpos que, vão relacionar tendo em conta o que os uniu no mesmo espaço, para isso é necessário que sejam companheiros/as de causas e que caminhem juntos/as, enfrentando as barreiras para assim, poder solucionar os problemas que vão aparecendo no meio do caminho ou no final.

Defendemos que é de fundamental importância que o/a professor/a não esteja na sala de aula somente para repassar os conteúdos, assim, como há também a necessidade do/a aluno/a não estar somente na sala para ouvir o que o/a professor/a tem a lhe dizer sobre os conteúdos, os dois devem dialogar articulando o conhecimento escolar com os problemas sociais que afetam a vida dos cidadãos, suas rotinas diárias, buscando solução cabal para os problemas. Só assim o professor saberá que o/a aluno/a não é um mero depósito de conhecimento, mas um ser humano de saberes:

Neste sentido, reforçamos a confiança que deve existir, caso contrário, se não houver uma relação de respeito, interação, diálogo e ajuda mútua, a sala de aula se converte num ambiente desagradável tanto para o/a professor/a, assim, como para os/as alunos/as dificultando o processo de aprendizagem.

Assim, de acordo com a minha pesquisa e tendo em conta a minha experiência enquanto ex-aluna de uma escola pública da capital Bissau, e, conseqüentemente, pesquisadora na área da educação, posso afirmar que na Guiné-Bissau, não existe de concreto um certo tipo de modelo pedagógico a ser seguido.

Cada professor/a dá aulas à sua maneira ou com base naquilo que ele/a aprendeu na sua época, uma espécie de imitação aos/às professores/as do seu passado. Mas, ao que tudo indica diante dos textos lidos que contextualizam um pouco do espaço da sala de aula na Guiné-Bissau, o modelo que está vigorando ainda é o modelo liberal tradicional que foi levado pelos invasores portugueses.

O que nos faz ter a seguinte inquietação - se no período da guerra de libertação nacional, a educação nas zonas libertadas estava seguindo um modelo diferente da educação colonial, partimos do pressuposto de que, após a proclamação da independência a educação seguiria o mesmo rumo que estava tomando nas zonas libertadas, isto é, uma educação voltada a realidade social dos/as alunos/as, pautado no trabalho coletivo, no diálogo, no envolvimento da família e no bem comunitário. No entanto, por tudo que estamos apresentando esse modelo fica ausente das políticas educacionais posteriores. Sendo assim, fazemos a seguinte pergunta: o que aconteceu de forma repentina ao ponto de provocar essa reviravolta, ou seja, essa volta à estaca zero e, conseqüentemente, ao sistema de educação tradicional implementado pelo colonizador?

Apontamos até aqui a partir de estudos e reflexões próprias os limites da educação da Guiné-Bissau, para ampliar o conteúdo deste debate o próximo capítulo vai trazer o olhar de outros estudantes guineenses sobre este tema para que assim possamos refutar ou corroborar com uma prática educativa sustentada por uma relação professor/a-aluno/a apontada nas teorias como liberal e autoritária.

CAPÍTULO 3: ABORDAGEM E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Neste capítulo pretendemos de forma breve situar a Guiné-Bissau, e em seguida, apresentar os depoimentos realizados sobre o tema junto aos estudantes guineenses da UNILAB/CE, com foco nas suas percepções sobre a relação professor/a aluno/a dentro das suas trajetórias educacionais em nosso país.

3.1 Guiné-Bissau: dados do país

Guiné-Bissau, terra da esperança e da hospitalidade. País que me viu nascer, situado na costa ocidental da África, fazendo fronteira ao sul com a República da Guiné-Conakry e, ao norte, com a República do Senegal (países vizinhos e ex-colônias franceses). A Guiné-Bissau possui 36.125 km² de superfície, constituído por uma parte continental e outra insular, aglutinando o Arquipélago dos Bijagós, composto por 90 ilhas e ilhéus, nas quais apenas 17 é habitado pelos homens, o país na sua totalidade conta com 08 regiões administrativas (Bafatá, Cacheu Gabú, Oio, Tombali, Quinara, Biombo e Bolama Bijagós) e 36 setores, divididos em secções, abarcando tabancas (aldeias), também conta com um setor autónomo que é a própria capital, Bissau (GUINÉ-BISSAU, 2018). O país ex-colônia portuguesa teve a sua independência proclamada de forma unilateral em 24 de setembro de 1973 e, só foi reconhecida em 1974 por Portugal, após cinco séculos da dominação colonial, por meio da luta armada de libertação nacional desencadeada pelo PAIGC, (Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde), partido único no momento liderado pelo pai da nacionalidade guineense, Amílcar Lopes Cabral.

Após a saída dos invasores portugueses, o país viveu sob o regime ditatorial do partido único nos anos de 1974 a 1991, tendo suas primeiras eleições pluralistas realizadas em 1994, três anos após a transição para o regime democrático, o que em seguida, permitiu a criação de instituições democráticas, que deu a origem aos órgãos da soberania do país, a Presidência, o Governo, a Assembleia Nacional Popular e os Tribunais (GUINÉ-BISSAU, 2003).

Um dos cinquenta e quatro países que compõem o continente africano, o seu contexto histórico não se difere de muitos outros países africanos, pois, de acordo com a história, o país integra na sua totalidade um grande número de imigrantes que se viram na obrigatoriedade de fugir das guerras étnicas nos seus territórios de origem, assim

fazendo partes da atual população guineense, como argumenta (CÁ, 2015) apud Indjalá (2019, p.26).

A Guiné-Bissau tem um histórico semelhante aos outros impérios africanos. Os povos que integram o espaço territorial da Guiné-Bissau, a maioria deles imigrou devido às guerras entre grupos étnicos, que habitavam na maior parte da região do norte africana.

Porém, no contexto Bissau Guineense, não se encontram registros de grandes guerras étnicas no país, o que demonstra o quão é rico e harmonioso o mosaico étnico-cultural guineense. O país conta com menos de 2 milhão de população divididas em aproximadamente 30 grupos étnicos, cada grupo étnico possui sua língua/dialeto, hábitos, cultura, maneira de organização da sua comunidade. Moreira (2019). Os principais grupos étnicos são: Balantas (30%), Fulas (20%), Manjacas (14%), Mandingas (13%), Pepeles (7%) e outros (16%)”. Assim também, como é de fundamental importância salientar aqui que, o país também compreende uma variedade de diversidade religiosa. Em detrimento disto, Moreira salienta que:

Existem três grupos religiosos: muçulmanos (46%), animistas (36%) e cristãos (15%). O muçulmanismo (religião islâmica) é praticado, em particular, pelas etnias fulas e mandingas do leste do país, além de sê-lo por outras etnias minoritárias. Entre os animistas classificam-se as etnias Balanta, manjaco, Pepel, Mancanha e outras, localizadas, sobretudo na costa norte e sul do país. O cristianismo - utilizado durante a dominação colonial como meio de assimilação e cujos praticantes eram chamados de civilizados - enfrentou resistência da parte dos animistas.

O país concentra uma população jovem: 50% possuem menos de 15 anos. Maioritariamente a população feminina representa 54% da população ativa e 67% de toda a mão-de-obra. A grande maioria da população vive na zona rural, onde se concentra 84,5% da população de baixa renda (FURTADO, 2005)

A língua crioulo (mistura do português com línguas tradicionais) é veicular, falada no dia a dia da população guineense, o português é falado por menos de 13% da população, sendo que são habitantes das zonas urbanas.

Economicamente, o pequeno país supracitado depende fortemente da exploração dos seus recursos naturais, sendo que sua fonte de renda, além das ajudas externas e empréstimos, consiste nas concessões de pescas e a exportação de castanha de caju.

Em baixo segue a Bandeira Nacional da Guiné-Bissau, que foi adotada após a proclamação da independência e o Brasão das Armas.

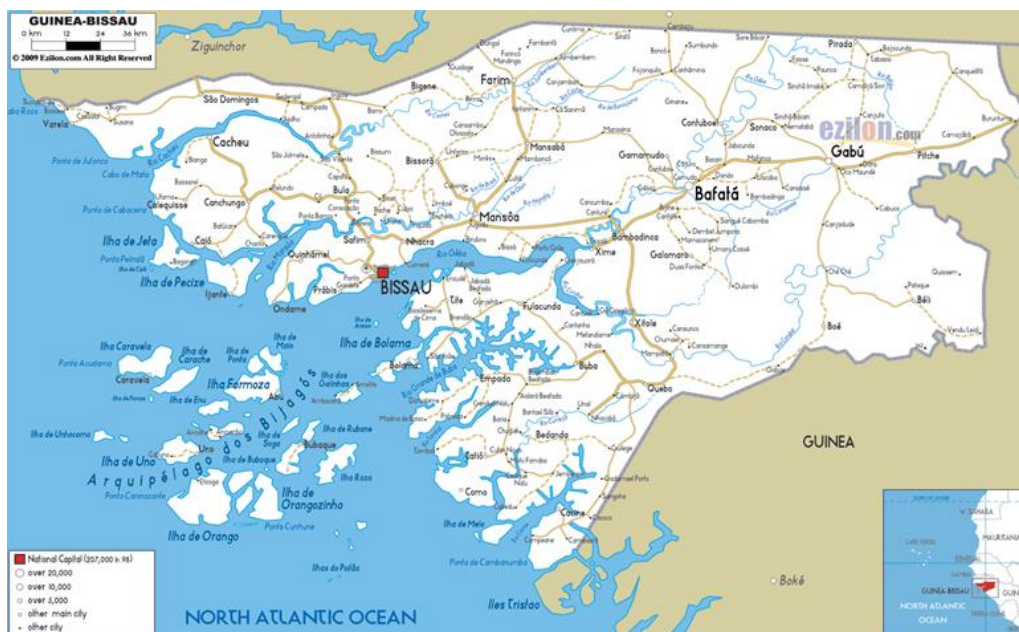
Figura 1. Bandeira nacional da Guiné-Bissau e Brasão



Fonte: Google (2020)

As cores que se apresentam na bandeira possuem significados, sendo que a vermelha representa o sangue que foi derramado durante o processo da luta de libertação nacional, a cor amarela representa a riqueza que o país possui; verde aglutina a representação da esperança, das florestas e a agricultura. A pequena estrela negra com pontas representa os cinco sentidos do órgão humano (audição, visão, tato, olfato e o paladar). Sendo assim, o Brasão com as escritas “unidade”, “luta” e “progresso”, é resultado da visão que foi promovida e adotada pelo PAIGC durante a luta armada pela libertação (INDJALÁ, 2019).

Figura 2. Mapa administrativo da Guiné-Bissau



Fonte: Mapas blog (2022)

3.2. Discutindo os dados da pesquisa

Para a coleta dos dados da nossa pesquisa, como havíamos descrito na metodologia, utilizamos a técnica da entrevista semiestruturada com 06 pessoas, estudantes guineenses na UNILAB que participaram nessa fase. A escolha destes participantes da UNILAB se deu pela dificuldade em buscar o depoimento dos/as estudantes em Guiné-Bissau, como se pretendia no início do trabalho de conclusão.

Para manter o anonimato foi apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo 1), assim vamos identificá-los/as por nomes fictícios, de forma a configurar um quadro mais amplo sobre o tema do trabalho. As respostas serão apresentadas da forma como foram apresentadas pelos entrevistados/as, em seguida pretendemos dialogar com os depoimentos para atingir os objetivos traçados por esta pesquisa.

Para isso, utilizamos um roteiro de 5 perguntas, formuladas e apresentadas aos nossos/as entrevistados/as, com o intuito de melhor compreender a percepção dos/as mesmos/as quanto ao tema em questão.

A primeira pergunta, levantada foi: 1) ***Como você descreveria a relação professor-aluno durante a sua trajetória educacional na Guiné-Bissau?***

Neste tópico temos as seguintes considerações dos participantes:

Durante a minha trajetória na escola pública, quase não teve a diferença de classe, tudo era a mesma situação, onde o professor é quem manda, fala, quem faz tudo, você aluno apenas tem que cumprir o que o professor disser, aí você não tem como questioná-lo, o aluno tem só que aceitar. Uma outra coisa mais chata ainda, você aluno tem que conhecer o professor para saber o que ele quer citar, como ele funciona, trabalha, pois, ele não faz questão de conhecer o aluno, saber da sua condição de vida, na sua comunidade como lidam, se isso interfira nas questões escolares, ao contrário, o professor de lá não tenta saber dessas coisas, é o aluno que tem que conhecer para ir de acordo com ele, é tudo planejado, não tem como mudar de rotina. Você estuda uma matéria em determinada classe, depois de três anos, se voltar encontra a mesma matéria em outra classe, até ponto e vírgula não mudam. Uma outra coisa também, é a competência do professor, outros terminam o ensino médio e já começaram a dar aula até no nível que terminaram, sem formação de professor, não tem formação contínua em Bissau, os professores não têm outras formações onde possam estar aprendendo mais, é só formar e acabou, falta a didática, nada mesmo, é só a decoração dos textos. (Dandara, entrevista concedida)

Bem, numa única palavra, posso falar relação do professor-aluno, em muitas das escolas, na maioria, de acordo também com a minha experiência, é aquela relação assim, tipo, meio que não dá confiança, onde o professor impõe na sala de aula, só ele pode mandar, tipo o que ele trouxe é o único que pode ser. De modo que às vezes, ele transmite medo ao aluno, para resumir relação professor-aluno não é de dar confiança, tipo os professores se acham os detentores do saber, aí não dão confiança aos alunos, logo fica aquela relação de medo ou receio máximo entre o aluno para o professor. (Akin, entrevista concedida)

Eu descreveria a relação professor-aluno na minha trajetória educacional de seguinte maneira, um o professor é o dono do saber, dois o professor é que sabe tudo, três o professor é quem repreende o aluno, também em outras questões, porque sabemos que o professor é como um pai, o professor é como um irmão mais velho, então ele tem a autonomia de repreender os alunos, então nesse caso a relação, não importa, não existia na minha época, existir pode existir, porque tem alunos que têm boas relações com os professores, mas no meu caso, eu não tive relações, uma relação afetiva, uma relação em que o professor queria mesmo saber de mim, independente do que a escola propõe, não tive a oportunidade de passar por uma relação entre eu e os meus professores, tanto no ensino básico, assim como liceu. (Belly, entrevista concedida)

De acordo com a minha experiência pessoal, bom, nem sempre foi ruim e nem sempre foi bom também, para começar nos primeiros momentos, lembro que nos meus primeiros quatro anos, no começo da educação formal, professores que me deram aulas, não sei se era idade que eles tinham ou se era dificuldades em relação ao trabalho, mas era uma relação um pouco intensa, a idade que eles tinham e

também a educação que eles foram alvos, acabava repetindo nas suas práticas, acabavam reproduzindo da mesma forma que os mesmos estudaram. Na Guiné, anos atrás era muito recorrente essa questão de dar surra no aluno, professor acabava por fazer pressão psicológica no aluno, o que acabava por afetar o desempenho do aluno, eu passei muita dificuldade em relação a isso, você acaba que criando um sentimento de desgostar da maioria dos professores, tendo em conta o que você passou com outros professores, mas graças a Deus, nos últimos anos acabei por ter professores jovens que tinham acabado de sair da escola de formação e a relação com eles acabou sendo diferente em relação aos outros professores de anos atrás, conseguia ficar à vontade até ao ponto de participar nas aulas, o que não acontecia antes, pois acabava não participando por medo, pois não havia professor que me incentivava a participar das aulas, por exemplo, não gostava da disciplina de matemática, mas acabei gostando quando tive um professor mais novo. Eu acho que os antigos professores ou aqueles que deram aulas antes, eram velhos, acabam por ficar esgotados também, não sei se era falta de incentivo ou alguma coisa. Mas a relação não era algo democrático, não existia muito essa abertura, era pergunta e resposta, o próprio sistema não permitia que o aluno desenvolvesse a capacidade argumentativa, era muito difícil, algo memorizado, você só replicava o que lhe haviam ensinado, era tudo ao pé da letra, responder da forma como o professor lhe passou o conteúdo, palavra por palavra, exemplo, na chamada orais, se você falhava uma palavra, o professor dizia que a sua resposta não está correta, ele era o centro. (Zayn, entrevista concedida)

É uma relação respeitosa, é uma relação onde um, por exemplo, no caso, o professor para mim, na Guiné-Bissau onde o professor sempre está acima, é docente, é quem ministra as aulas, onde eu via o professor como um mestre, quem sabe de tudo, é quem que você tem que ver como a pessoa que sabe de tudo em qualquer lugar que o encontrar, o que às vezes faz com que os alunos têm dificuldades, a dificuldade de que eu falo é o seguinte, como temos o professor como mestre que sabe de tudo, nesse sentido, você sendo aluno, até na forma de convivência, no cotidiano das relações, torna algo difícil, pois você sendo aluno, fica sempre em baixo e acaba aceitando tudo o que o professor propuser, ele não pode estar errado, mas em termos de convivência é aquilo, respeitar de qualquer forma. Mas por outro lado, é a dificuldade, pois os professores nem sempre aceitam que também temos experiências, no caso, vou fazer comparação, as vezes você faz uma pergunta ao professor aqui(Brasil), mesmo ele não sabendo, ele faz questão de lhe dizer que não sabe e, que vai fazer uma pesquisa, mas lá(Guiné-Bissau), o professor mostra que tem um conhecimento muito amplo, mas pelo ao contrário, cada qual tem a sua área de atuação específico, a relação sempre é respeitosa, mas um se sobressai sempre como mestre que para ele tudo o que ele passa é real e outro como discípulo, no caso, o aluno que está sempre para ouvir e acatar o que o mestre fala. (Osman, entrevista concedida)

Bom, eu acho que acontece dessa forma, de acordo com a minha experiência, o professor chega na sala de aula com o seu conteúdo, passa o conteúdo no quadro, a gente escreve e depois, aquela relação

às vezes é uma relação, depende também, como eu na minha experiência a relação era de respeito, mesmo uma aluna namorando com um professor, na sala de aulas a relação é de respeito, pois eu já estudei com uma aluna que namorava com o professor, mas dentro da sala de aula era outra coisa. Mas na maioria das vezes acontecia daquilo também, a fala do professor era sempre o que se ouvia na sala de aula, tem alguns professores que não dão confiança aos alunos, para não lhes faltar com respeito, pensando dessa forma, tem aqueles professores que quando entram a sala toda fica em silêncio, se estiverem vindo para sala, os alunos já começam correndo para entrar. (Lícia, entrevista concedida)

Após a descrição dessa primeira pergunta que levantamos, de uma forma particular começamos por destacar um assunto muito importante que foi trazida na fala da Dandara, quando ela afirma que *“uma outra coisa mais chato ainda, você aluno tem que conhecer o professor para saber o que ele quer citar, como ele funciona, trabalha, pois, ele não faz questão de conhecer o aluno, saber da sua condição de vida, na sua comunidade como lidam, se isso interfira nas questões escolares, ao contrário, o professor de lá não tenta saber dessas coisas, é o aluno que tem que conhecer para ir de acordo com ele, é tudo planejado, não tem como mudar de rotina”* uma fala muito interessante que mostra o quanto a escola não coloca os/as alunos/as no seu processo de transformação, mas os/as deixa fora do processo por não saber da sua realidade social, ou seja, a escola por não conhecer os/as alunos/as com que tendem a lidar, anulam a possibilidade dos/as mesmos/as participarem como partes integrante do processo educativo. Assim como argumenta (GARCIA, 2006) *apud* Weber e Silva (s/d):

Ao desconhecer as pessoas, suas formas de vida, seus motivos, suas concepções, a escola não percebe as diferenças que existem entre o eu e o outro perdendo a chance de dialogar com quem a frequenta. Com base em Todorov (1983) pode-se dizer que o que a escola faz, por meio de seus professores, é uma projeção do sujeito enunciante sobre o universo, uma identificação entre meus valores e os valores. A escola não fala diretamente ao outro, mas para o outro, portanto, não reconhece nele uma qualidade de sujeito.

Portanto, argumentamos que, o/a aluno/a ao ingressar na escola, precisa ser acolhido/a já que é um processo novo e, com isso, a sua realidade, suas experiências e suas raízes culturais também precisam ser acolhidas para que a educação possa acontecer.

De uma forma geral, percebemos que existe uma grande camada de unanimidade na fala dos/as nossos/as entrevistados/as. Todos/as descreveram sua percepção, seu

olhar daquilo que foi a relação professor/a-aluno/a na época que estavam estudando na capital Bissau.

Cada um/a usou a sua linguagem para explicar o seu pensamento acerca do que foi perguntado e, nisso, verificamos que apesar deles/as terem estudados em escolas diferentes, as suas falas se casaram de alguma forma quanto a representação do professor *“como o dono do saber, a única voz a ser ouvida na aula de aula, o professor que intimida, que não dá confiança aos alunos de jeito nenhum, o professor que faz pressão psicológica nos alunos”*, o que de certa forma foi ao encontro daquilo que vínhamos discutindo na justificativa a partir da minha experiência escolar.

As falas dos/as entrevistados/as, de maneira geral, reafirmam o que discutimos atrás, essa visão ou percepção de que, na maioria dos casos, não existe essa relação de cumplicidade, de ajuda mútua, de diálogo entre os/as professores/as e alunos/as das escolas públicas em Guiné-Bissau, por conta da influência de como o sistema colonial marcou a educação no país.

Discutimos que, na maioria das vezes, tem-se uma posição autoritária por parte dos/as professores/as, já que foi desta maneira que eles foram ensinados em sua formação a agir. Consideramos que, desta forma, acabam silenciando a voz dos/as alunos/as, o que não deveria acontecer, entendemos que, da mesma forma que o/a professor/a tem algo a dizer, dessa mesma forma os/as alunos/as também têm, seja para fazer perguntas, dar seu ponto de vista ou dizer que não entendeu nada e, principalmente, para se defenderem em situações de conflito. Nesse quesito, traremos uma citação de Freire (1996, p. 60) na pedagogia da autonomia, onde ele, acrescenta que;

Quem tem o que dizer tem igualmente o direito e o dever de dizê-lo. É preciso, porém, que quem tem o que dizer saiba, sem sombra de dúvida, não ser o único ou a única a ter o que dizer. Mais ainda, que o que tem a dizer não é necessariamente, por mais importante que seja, a verdade alvissareira por todos esperada. É preciso que quem tem o que dizer saiba, sem dúvida nenhuma, que, sem escutar o que quem escuta tem igualmente a dizer, termina por esgotar a sua capacidade de dizer por muito ter dito sem nada ou quase nada ter escutado.

Ainda continuando com o autor supracitado, ele acrescenta que:

Por isso é que, acrescento, quem tem o que dizer deve assumir o dever de motivar, de desafiar quem escuta, no sentido de que, quem escuta diga, fale,

responda. É intolerável o direito que se dá a si mesmo o educador autoritário de comportar-se como o proprietário da verdade de que se apossa e do tempo para discorrer sobre ela. Para ele, quem escuta sequer tem tempo próprio, pois o tempo de quem escuta é o seu, o tempo de sua fala. Sua fala, por isso mesmo, se dá num espaço silenciado e não num espaço com ou em silêncio. Ao contrário, o espaço do educador democrático, que aprende a falar escutando, é cortado pelo silêncio intermitente de quem, falando, cala para escutar a quem, silencioso, e não silenciado, fala (FREIRE, 1996, p. 60).

A abertura entre o falar e o escutar precisa ser respeitada por ambas as partes (professor/a-aluno/a). Na nossa perspectiva de entender a educação como uma prática humanista, defendemos que, a sala de aula deve ser um ambiente propício e não campo de guerra ou de extermínio dos/as mais fraco/as, mas sim, uma mesa, uma roda de conversa, um espaço dialógico voltada a revolução dos pensamentos e a progressão social.

Neste sentido, discutimos que o/a professor/a, não necessariamente, tem que ser uma pessoa que só explana os seus conteúdos, mas precisa ter um olhar mais além daquilo que o sistema oferece, precisa saber ouvir e escutar, pois, a sala de aula é um espaço de construção de conhecimentos e troca de saberes e não de transferência de conhecimento.

O *Zayn*, levantou uma questão muito importante, o que de fato não podemos ignorar tendo em conta o processo histórico que o país sobreviveu, a própria experiência dos/as professores/as como alunos/as, *“a educação que eles foram alvos, acabava repetindo nas suas práticas, acabavam reproduzindo da mesma forma que os mesmos estudaram”*. Podemos argumentar que, tem a ver com o modelo da imitação ou se enquadra ali de alguma maneira, passando a ser como algo habituado, pois, quando o/a professor/a não souber elencar outros elementos a essa prática, vê a sociedade como uma água estagnada e, a sua prática pedagógica se resume na reprodução dos saberes acumulados. Neste caso, o/a aluno/a é visto/a como um ser permanente, um ser cujo/a as suas necessidades são as mesmas da época passada. Quanto a essa questão de se agarrar em algo e torná-lo habituado, assim como da imitação, Barreto, Pimenta e Lima, pontuam que:

As formas de ensinar e de aprender também podem ser habituados já que decorre de um processo, isto é, o professor se agarra na sua metodologia de ensino aprendido no processo de formação e aplicado normalmente na sua classe, e os alunos incorporam a forma de aprendizagem decorrente do método do ensino praticado por seus professores (BARRETO, 2014, p.23)

Os autores ainda argumentam que este processo, que se faz presente nas escolas de Guiné-Bissau, remete a reproduzir um modelo apreendido pelo processo colonial:

A prática como imitação de modelos tem sido denominada por alguns autores de ‘artesanal’, caracterizando o modo tradicional da atuação docente, ainda presente em nossos dias. O pressuposto dessa concepção é o de que a realidade do ensino é imutável e os alunos que frequentam a escola também o são. Idealmente concebidos, à escola, competiria ensiná-los, segundo a tradição. Não cabe, pois, considerar as transformações históricas e sociais decorrentes dos processos de democratização do acesso, que trouxe para a escola novas demandas e realidades sociais, com a inclusão de alunos até então marginalizados do processo de escolarização e dos processos de transformação da sociedade, de seus valores e das características que crianças e jovens vão adquirindo. Ao valorizar as práticas e os instrumentos consagrados tradicionalmente como modelos eficientes, a escola resume seu papel a ensinar; se os alunos não aprendem, o problema é deles, de suas famílias, de sua cultura diversa daquela tradicionalmente valorizada pela escola. (PIMENTA e LIMA, 2005-2006, p. 4)

Por outro lado, não podemos esquecer que a colonização teve sua parcela de responsabilidade quanto a questão do/a professor/a trazer o que aprendeu no passado e implementar ao pé da letra, ou seja, compreendemos que essa prática pedagógica de aplicar os conteúdos de forma autoritária e desrespeitosa, chegou em Guiné-Bissau junto dos invasores europeus e foi se alastrando até se tornar uma herança, sendo que o próprio processo de formação dos professores teve início na época da colonização e era assegurado pelos próprios invasores, como pontua Gonçalves (2002 apud INDJALÁ, 2019, p. 40):

A questão da formação de professores na Guiné-Bissau é presente desde a época colonial. Conforme aponta Gonçalves (2002), a formação de professores caracterizava-se para a atuação nas escolas rudimentares, cuja responsabilidade era assegurada pela missão da Igreja Católica. Também havia as escolas elementares, cujos professores eram formados em Portugal.

Assim sendo, podemos ver que o desafio começa na própria formação dos/as professores/as, pois também lhes faltam instigação por parte da política educacional, de recursos para desenvolverem a capacidade crítica de poder ter um olhar mais além daquilo que o sistema oferece, para que quando estiverem lecionando não vejam os/as alunos/as como tábuas vazias, conforme argumenta Cande (2008 apud BARRETO, 2014, p. 21-22):

Muitos autores observam essa prática pedagógica tradicional como um problema ligado à própria formação inicial de professores na medida em que, por um lado, na própria escola de formação de professores “falta a estimulação para a autocrítica e a inovação, a preparação para a mudança, para o desenvolvimento de conhecimentos de forma autónoma e a troca de experiências” (CANDE, 2008, p. 53). Por outro lado, há de se reconhecer, que o fraco nível de formação dos nossos professores reflete diretamente nas práticas pedagógicas desenvolvidas por estes.

De acordo com a citação acima, dá para perceber de uma maneira mais abrangente, que, a formação dos/as professores/as, em qualquer parte do mundo, merece uma atenção especial, pois, dependendo da forma como esta formação é tratada, ela interfere diretamente na forma como ele/a se relaciona dentro da sala de aula, não só com os/as alunos/as, mas com o próprio conteúdo em si. O que de fato é muito preocupante para nós enquanto pessoas que zelam por uma educação transformadora, crítica e, sobretudo, humanista que possa estar formando cidadãos aptos, ativos e longe da passividade.

Ainda continuando com a fala do Zayn sobre “*Mas a relação não era algo democrático, não existia muito essa abertura, era pergunta e resposta, o próprio sistema não permitia que o aluno desenvolvesse a capacidade argumentativa, era muito difícil, algo memorizado, você só replicava o que lhe haviam ensinado, era tudo ao pé da letra, responder da forma como o professor lhe passou o conteúdo, palavra por palavra, exemplo, nas chamadas orais, se você falhava uma palavra, o professor dizia que a sua resposta não está correta, ele era o centro*”. É essa fala resume ao pé da letra a avaliação pela qual quem é guineense e estudou na escola pública passou por isso, tudo era ao pé da letra, é como se diz 1 mais 1 é igual a 2, nada a mais, nada a menos. Dessa mesma forma, argumentam (COUTO E EMBALO, 2010) apud Barreto 2014, segundo eles, os/as alunos/as da Guiné-Bissau, em regra geral, decoram os conteúdos de forma mecânica, sem desenvolver a capacidade crítica. Tendo em vista que, a escola reproduz a forma tradicional e bancária trazida pelo processo colonial, pois, nos ensinam para algo momentâneo que é a aprovação a partir das provas, se passar, passou. Com isso argumentamos que para além desta fórmula o ensino-aprendizagem poderia abrir espaço para outros questionamentos, por exemplo, como tal conhecimento serviria para a preparação de um futuro próximo ou mesmo para aplicar na sua vida, na sua comunidade e na sociedade em geral. No entanto, percebe-se tratar de um fazer educativo voltado à repetição, como indicamos anteriormente.

O Osman também trouxe uma contextualização na sua fala que é algo muito importante para ser aprofundado que é a questão do/a professor/a não levar em consideração a trajetória do/a aluno/a, o que para nós enfraquece a dinâmica de uma educação transformadora, assim ele afirma que: “*mas por outro lado, é a dificuldade, pois os professores nem sempre aceitam que também temos experiências*”. Como podemos apreender na fala do Osman é algo perceptível essa conduta do/a professor/a de ver os/os alunos/as como tábuas rasas.

No entanto, percebe-se que a Lei de Bases do Sistema Educativo guineense, no seu artigo 19, onde se argumenta que é o “objetivo de o ensino secundário favorecer o aprofundamento de um saber alicerçado na observação, estudo, reflexão crítica e experimentação”. Ou seja, o próprio Sistema Educativo compreende que os/as alunos/as chegam ao ensino secundário munidos de saberes, de bases, adquiridos ao longo das suas experiências e vivências quotidianas. O que nos parece ser contraditório, pois, ao mesmo tempo, que o sistema reconhece as experiências trazidas pelos/as alunos/as, não cria mecanismos e métodos pedagógicos que realmente reconheçam, que de fato, o que deve ser feita na sala de aula é a mediação dos conhecimentos já adquiridos, e não o despejo das informações sem contextualização, conforme apresentado pelas teorias emancipatórias que defendemos para nosso país.

Avançando com as questões a serem colocadas aos entrevistados/as, indagamos:

2) A sua família participou do seu processo educativo na escola em que estudava? Se sim, como ela entendia ser o papel do professor/a na relação com os/as estudantes na sala de aula?

Os/as entrevistados/as assim se posicionaram sobre o assunto:

Eu, como tenho famílias professores, pois, a minha avó é professor, meus tios, tias, quase todo mundo na nossa casa grande é professor, sempre estiveram ligados à minha educação, e os meus professores também são sempre amigos da família, aí é tipo uma relação familiar com os professores, sempre fizeram questão de saber se eu me esforçava ou não e no período das férias, a minha família me ensinava os conteúdos do próximo semestre, sempre ficavam ligados quanto a isso. Como eles são da realidade guineense, sabem como funciona, como os professores se comportam com os alunos. (Dandara, entrevista concedida)

Na verdade, a minha família participou muito, acho que tipo eu aprendi muitas coisas em casa para depois ir para escola, mas como a minha família entende essa relação é de aluno tem que respeitar, tipo tem que obedecer o professor, o que fala é o que tem que ser, onde o professor muita das vezes ganha a autoridade de tirar o aluno

dentro das salas de aulas, de castigá-lo, até de mandar chamar a própria família para ir ouvir alguma queixa do aluno, onde as vezes a família acaba compactuando da mesma ideia com o professor de castigar o aluno, tipo, muitas das vezes, podemos dizer que o entendimento da família na relação entre professor-aluno, muita das vezes famílias ficam de acordo com a forma como o professor esta educando o próprio aluno, onde falam que o professor é o segundo educador, então tem o direito de fazer tudo aquilo que está mostrando, como se o aluno não tivesse fala ou não tivesse como trocar ideias com o professor, mesmo que o professor está errado, o professor é professor, ele é autônomo, é ele que tem que fazer tudo, então, família muita das vezes, principalmente, minha família participou neste tipo de coisas, de estar de acordo que o professor castigue de vez em quando, tipo o professor tem que ser obedecido, de qualquer das formas, é ele quem manda. (Akin, entrevista concedida)

Bem que eu queria ter essa oportunidade, de um da minha família participando do meu processo na escola que eu estudava, mas infelizmente, não passei por isso, não tive a oportunidade da minha família ir para escola para saber alguma coisa, estudava sozinha com os meus irmãos. Isso também é tendo em conta as demandas familiares, o trabalho, cansaço, por outro lado, a escola também não procurava trazer a família dos alunos para dentro, para saber das demandas, de como acontecia a relação professor-aluno. (Belly, entrevista concedida)

A minha família participava, eu acho que é só na parte financeira mesmo, mas assim para me ajudar ao menos na realização das tarefas era algo difícil que não acontecia, praticamente, era cada um por isso, só pagavam as propinas e acabou, o resto era a gente que se virava, eu não tive alguém, nos tempos atrás as minhas mães tentavam me ajudar na leitura, por conta da pouca formação que elas tinham e também do tempo, o trabalho não permitia, pois chegavam à noite e cansadas, ficavam esgotadas, o que não tinha solução. Meu pai só falava, mas nunca nos pedia para mostrar o caderno, era só a questão do pagamento das propinas mesmo, a minha família não se envolveu muito no meu processo da educação formal. No período de 5 classe para frente, não lembro de ver alguma vez ver a minha família indo à reunião na escola, a escola também não criava o espaço para isso. (Zayn, entrevista concedida)

Sim, a minha família participou ativamente no meu processo escolar e, como temos família ampla, nós guineenses, é importante destacar isso, alguns esperam mais dois tios, outros mais das tias, no meu caso específico, toda a minha trajetória escolar, em termos de apoio, veio do meu pai, principalmente, depois veio a minha mãe, o meu pai foi sempre quem apoiou em termos financeiros, essas são as duas pessoas que posso lhe destacar em contextos familiares, o que vale a pena ressaltar que foi em termos financeiros, pois em termos de acompanhamento, tentar entender qual era a relação professor-aluno, isso não aconteceu no meu caso, apenas perguntavam para você não iria para escola, mas nunca procuraram saber o que se passava dentro da escola ou qual era a relação ali, não tentavam saber se alguém iria na escola, se entrava as aulas, se os professores se comportam mal comigo, isso não aconteceu comigo muito nem pela

parte da mãe e nem do pai. Neste caso acredito que a maioria passa por isso, onde o pai e a mãe só te apoiam, mas não procuram saber o acontece entre o professor-aluno dentro da sala de aula, no caso, se o professor impõe demais, se fica tendo outros tipos de comportamento estranho com o aluno, no meu caso, isso não aconteceu, a relação que eu tive com os professores é onde eu só ouvia, onde você fica até com medo de perguntar, o que faz com que, como destaquei acima, você só ouvir e acatar, transcrever tudo o que ele escreveu no quadro, o que não te faz ter mente crítico, mas só receptor ao que o mestre lhe falar, é mais aquela relação onde você fica com medo até de perguntar. (Osman, entrevista concedida)

Bom na verdade, falando da questão da participação dos encarregados da educação no meu processo educacional, não era tão difícil, pois eu sempre fui uma aluna calma e me esforçava bastante, então não tive os problemas com nota. No ensino primário tinha aquela questão de ir à reunião, mas no secundário nunca aconteceu, sempre que havia conflito entre professor-aluno eram encaminhados ao conselho disciplinar, penso que chega na família. (Lícia, entrevista concedida)

O que o Akin e a Dandara vêm relatando nas suas falas sobre a questão de a família compactuar com a forma que o/a professor/a se comporta perante seus/as alunos/as, é algo típico, acontece muita nas escolas públicas. Argumentamos que isso tem a ver com essa questão da própria família depositar ou deixar por conta da escola tudo o que tem a ver com a educação dos/as filhos/as, por acreditarem na autoridade do papel do professor/a. Parece-nos que este é o motivo pelo qual não procuram saber como é o dia a dia dos/as filhos/as na escola.

Desta forma, quando houver situações de conflitos entre o/ professor/a-aluno/a, em vez de procurarem ouvir a outra parte da história que deveria ser contada pelo/ aluno/a, de maneira geral, apenas ouvem o/a professor/a e responsabilizam o/a aluno/a, já que alegam que o/a professor/a é o/a educador/a e tem o direito de fazer o que bem entender. O que para nós, após estudos e reflexões sobre a educação e o papel do/a educador/a, não parece ser a forma mais adequada de resolver a situação, mas sim, aos pais se posicionarem de um único lado, pode haver o agravamento da relação que aparece como conflituosa. Nossa argumentação é que a se proceder desta forma, ocasiona com que o/a aluno/a perca a vontade de participar, o que, conseqüentemente, pode acarretar em dificuldades no seu processo de ensino e aprendizagem, podendo levar a/o mesma/o a desistência ou a reprovação.

Já para Belly, Zayn, Osman e Lícia, todos/as relatam que tiveram ou passaram por situações semelhantes, quanto as questões da participação das famílias, no processo educacional formal, pois, nas falas, relataram a ausência da família na questão de estar presente, de querer saber, de ajudar na resolução das tarefas.

O próprio Osman relata a situação como algo coletivo, ou seja, não é uma questão isolada, é algo que acontece com a maioria dos/as estudantes guineenses de baixa renda que estudam nas escolas públicas do país. É uma situação bastante preocupante, pois envolve questões financeiras, onde as famílias em muitos dos casos saem à procura do sustento e acabam não dando atenção à educação dos/as filhos/as. Argumentamos que, os desafios sociais e econômicos, interferem nesta falta de aproximação dos pais com a escola, da forma que as teorias educacionais defendem.

Por outro lado, nos objetivos específicos do artigo 3 da Lei de Bases do Sistema Educativo guineense, em um dos tópicos prevê que ao Estado compete: d) “Promover a participação de toda a população, designadamente alunos, pais e encarregados de educação, docentes e outros atores do processo de educação, na definição da política educativa e na administração escolar”. Ou seja, o Estado reconhece de alguma maneira a importância de envolver a família dos/as alunos/as nas decisões e nos planejamentos, mas, na prática é algo utópico, não se aplica. Compreendemos que as autoridades parecem não terem de fato ações efetivas para envolver a família nos assuntos internos da escola. Da mesma forma, expressamos nossa preocupação em relação aos/as alunos/as no que se refere a garantia de políticas de participação, pois, observa-se que tudo que chega a eles/as já é algo definido, programado, sem espaço para sugestões e debates.

Ao todo percebemos na fala dos/as entrevistados/as que há pouca participação da família no que diz respeito a própria presença na escola e, também, no acompanhamento do processo educativo formal. O que nos faz realçar aqui que é necessário a participação da família em todos os processos da educação, que não se deve limitar apenas na alimentação, pagamento das propinas e vestuário. Discutimos que a participação é base fundamental para sustentar uma educação significativa, considerando que, é na interação com a família que começa o processo do ensino e aprendizagem, ou seja, de forma geral, é de lá que vem a nossa bagagem cultural e os conhecimentos prévios que são adquiridos na convivência e nas interações cotidianas, no entanto, deve haver a participação de ambas as partes na educação como forma de parceria. Dessa forma, Weber e Silva (s/d, p.1), comentam que:

A família é espaço sociocultural cotidiano e histórico no processo de socialização, se relaciona com as instituições de ensino, tornando-se berço de atitudes, bem como de mudanças, ou estagnação, da realidade na qual a sociedade a insere, pois é delas que partem os sujeitos sociais que irão manter, ou mudar, a si próprios e, conseqüentemente, a realidade onde estão inseridos.

Sendo assim, consideramos que é de fundamental importância que o Estado Guineense procure uma forma de possibilitar a participação das famílias, precisamente, propiciando momentos de integração e interação com a mesma, trazê-las para dentro das escolas para que possam estar acompanhando tudo de dentro. Para assim, poderem opinar e buscar soluções conjuntas, só assim, estarão fazendo jus ao que propugna a Lei de Bases do Sistema Educativo. É preciso romper com as barreiras que impossibilita esta aproximação considerando que, o mundo se encontra em constantes mudanças e precisa de seres humanos de transformação. E, isso envolve a participação de toda a população, em especial, os/as alunos/as, pais e encarregados/as da educação, assim, a educação estará cumprindo o seu papel formador.

No terceiro tópico indagamos aos participantes: **3) *Partindo da sua percepção sobre o tema, como você descreveria o clima na sala de aula, sempre foi de respeito, auto respeito ou mais de medo e insegurança? Porquê?***

Obtivemos como respostas as seguintes colocações:

O clima na sala de aula era mais de medo, pois, se fosse de respeito, o professor também respeitaria os alunos. (Dandara, entrevista concedida)

Eu, eu posso considerar aquilo de insegurança, de medo, independentemente de auto respeito, porque, tipo o professor coloca aquilo no topo, tipo auto respeito no topo, depois transmite o aluno insegurança, então logo, o que acontece, próprio aluno passa a não ter confiança, muita das vezes de expressar os seus sentimentos, seus entendimentos sobre o que o professor está transmitindo, às vezes mesmo que estão do outro lado, mesmo que tenham percepção diferente do professor não ousam confrontar o professor com aquilo, porque o professor já mostrou o auto respeito, à dominância, aquela autonomia na sala de aula, de que é ele quem manda, às vezes tem até o episódio do professor que quando entra primeiro que o aluno, ninguém pode mais entrar, então, professores daqueles tipo, são os professores que mais se respeitam nas escolas de Bissau, as pessoas comentam o fulano é má, o fulano não brinca, aquelas coisas, então eu denomino isso de falta de segurança ou insegurança na sala de aula, porque os professores impõem nas salas de aulas, eles não abrem espaços para democracia, não abrem brechas para que o aluno possa posicionar de alguma maneira. Neste caso, falo da

maioria dos professores que já estudei, alguns tem didáticas, tem algo mais, maneiras mais maleáveis de tratar o aluno, dar mais confiança na relação, mais a maioria transmite insegurança aos alunos. (Akin, entrevista concedida).

Olha, em alguns casos era de respeito e auto respeito, mas na maioria que eu passei era de medo e insegurança, porque, assim, na minha época eu passei, digamos que, deixa só eu dar um exemplo para ficar melhor, sobre chamadas orais que sempre acontecia na minha época, o professor vai lá chamar um aluno e pergunta para ele o que é isso tal e tal? Se o aluno não souber, é uma outra coisa, o professor as vezes xinga só porque o aluno não soube responder o que ele perguntou, é mais nesse caso, é o medo e a insegurança, porque nós os alunos temos medo de errar, e esse medo de errar traz muitas inseguranças, porque muitas das vezes queríamos agradar o professor, tentar saber de tudo, como decorar, porque os professores amam os alunos que decoram tudo com virgulas, então, nesse caso é mais medo e insegurança, esse medo e insegurança gera muitas coisas no aprendizado, mesmo falando português e errar a gente ficava com medo, tem colegas que riam e, até os professores também em alguns casos, nós não nascemos aprendendo o português, então, muitas vezes com medo de errar, de falar português errado preferíamos ficar calado em vez de falar e errar aprendendo, tudo isso gera insegurança, gera medo, medo de quando você fazia uma prova e o professor chegar na sala de aula, chamando nome, dizendo para turma toda que nota você tirou, se for negativa todo mundo fica sabendo, se for positiva todo mundo fica sabendo, então tudo isso, insegurança, medo que gerou na minha época, deixaram sequelas. (Belly, entrevista concedida)

Às vezes, em determinados momentos existia o clima de medo, outras vezes de harmonia, sempre depende dos professores, não é todos que tem esse comportamento, mas a maioria tem são rígidos e, entendem que eles são a autoridade máxima na sala de aula, não abaixam a guarda, sempre aparecem com rigidez para que os alunos os temam, talvez entendam que o medo é o respeito. Eu tive experiência com alguns professores que se mostravam abertos, como um professor que tive no 12 ano, o gajo era muito aberto, permitia que os alunos participassem nas aulas, ele dava coragem, as pessoas participavam nas aulas, me fez gostar muito dele, aquilo não criou nenhum clima de falta de respeito, pelo ao contrário, acabamos por gostar muito dele e da disciplina que ele lecionava, por conta dessa diferença que ele fez, até hoje me pergunte dele, mas a maioria dos professores criam aquela clima de insegurança e medo, acho que aquilo cria mais dificuldade nos alunos em termos da própria aprendizagem do que facilitar, infelizmente, não sei se é por causa da formação, ou cada um adota os métodos tendo em conta a sua própria trajetória educacional. (Zayn, entrevista concedida)

Respeito, respeito tem, é um respeito que nos leva mais ao medo, é aquele respeito que vai por além do respeito, por causa do que? Muitas das vezes, nem sempre o professor retribui ao aluno aquilo que lhe foi dado, os alunos respeitam os professores demais, e esse respeito é recebido ao contrário, você vê o professor tendo a ousadia de falar ao aluno o que não é normal, mas você nem sempre vai ter a

coragem de falar ao professor, olha professor penso que não tem que ser desse jeito, isso acontece onde tem respeito, mas imagina onde se fala da questão da educação, um conflito onde tem a complexidade do conhecimento, onde um professor não pode falar de um determinado assunto e o aluno lhe falar, professor penso que com base, através do conhecimento, da experiência que tenho, não pode ser isso, então é algo que eu considero como respeito, mas onde o medo impera com muita força, medo porque o aluno fica com medo até de falar, os próprios professores nos mostram isso, onde você vê antes do professor entrar na sala de aula, mesmo ele estando a cinco metros da sala, mesmo se você estiver correndo, se ele entrar vai te proibir de entrar, se ele entrar o aluno tem que ficar em silêncio, você não ousa nem se mexer, nenhum tipo de barulho, é onde sempre o medo impera, esse medo reflete muito em nós, pois é esse medo que nos leva a não ter o hábito de falar na turma, hábito de fazer questionamento. Respeito tem, mas é o respeito onde um manda mais, um tem mais poder e o outro tem menos voz, então, a aquele respeito onde um fala e o outro é silenciado. (Osman, entrevista concedida)

Na verdade, acho que o clima na sala de aula é voltado mais ao medo, pois muitas das vezes, a gente não tem a liberdade de expressar algumas coisas, ficamos com medo por conta da autoridade do professor, tipo, a gente olha o professor como detentor do conhecimento, o que ele falar é o que vai permanecer, muitas das vezes ficamos com medo, como havia citado antes, alguns professores, na relação que eu tive com os professores teve respeito e consideração, tipo, como fomos educados, o professor tem que ser respeitado, você não deve desobedecer, eu sempre ficava tranquila na turma, bem calma, mas tem momentos que de barulha na sala, quando chega aquele professor que as pessoas mais temem a sala fica em silêncio, mas não é todos, pois alguns professores quando chegavam na sala, nem todo mundo ficava calado, o medo não se estendia a todos os professores, mas outros quando chegam você já ouvi “o fulano chegou” a sala fica logo em silêncio. Eu sentia aquilo, como por exemplo estamos obedecendo outros professores e outros não, sentia como algo que não estava bem, mas enfim, é a realidade que vivenciei, mas sempre respeitava, não importa se é o professor que as pessoas temiam ou não. Tem aqueles professores que você via e sentia vontade de chamar, conversar, mas não era aquela conversa de o professor querer saber se o aluno passava dificuldade ou não, mesmo se você não estiver bem, não tinha aquilo do professor perguntar se você estava precisando de algum tipo de ajuda para superar a dificuldade. (Lícia, entrevista concedida).

Quanto à terceira pergunta, também podemos verificar a unanimidade na fala dos/as entrevistados/as, todos/as responderam cada um/a da maneira como vivenciou os acontecimentos, usando suas experiências e percepções. Mas, acabou gerando uma única resposta ou a única compreensão de que o clima na sala de aula sempre foi de medo e insegurança na maioria das vezes, eram poucas vezes que se encontrava um/a professor/a aberto a trocar ideias. E, isso como a maioria descreveu vai causando o

silenciamento dos/as alunos/as, que mesmo tendo dúvidas não explanam, pois temem a reação do/a professor/a. Mostrando que, o comportamento do/a aluno/a na sala de aula vai depender de como o/a professor/a exerce a sua autoridade, não tornando-a em autoritarismo, pois, se isso acontecer aquele/a professor/a não pode esperar nada do/a aluno/a. Sobre isso, Freire (1996, p.48) coloca que: “A autoridade docente mandonista, rígida, não conta com nenhuma criatividade do educando. Não faz parte de sua forma de ser, esperar, sequer, que o educando revela o gosto de aventurar-se”. Uma situação que faz com que o/a aluno/a nunca saia da sua zona de conforto, o que é bastante preocupante para quem preza por uma educação de qualidade e emancipatória.

O Akin e o Osman levantaram uma situação que também havíamos descrito em uma das laudas da nossa justificativa. Na fala deles, percebemos que é uma experiência coletiva que nós, os/as alunos/as de baixa renda, cuja a única alternativa é frequentar as escolas públicas do país, temos que enfrentar, é o preço que nos cobram por estar nos ofertando a educação. Eu mesma tive a pouca sorte de passar por isso durante toda minha trajetória escolar no ensino secundário. É comum essa questão do/a professor/a entrar na sala de aula primeiro e proibir os/as alunos/as de entrarem para assistir as aulas, às vezes a sua mochila ficava dentro da sala e você não podia pegar, pois, o/a professor/a lhe negava. Essas atitudes, podemos considerar como um tipo de abuso fora do normal, você era obrigado/a permanecer no recinto escolar, fora da sala de aula até quando o/a professor/a sair. Apontamos que isso se apresentava como algo destruidor, mas éramos obrigados/as a engolir seco, não tínhamos aonde e a quem recorrer, mas nos inculcaram a falsa justificativa de que o/a professor/a é quem sempre tem razão e deveria ser obedecido/a, não atrevíamos a ir, a escola nos silenciava de todas as formas possíveis.

A Belly e o Osman trouxeram nas suas falas a questão do insulto que os/as alunos/as sofriam por parte dos professores/as, o que também não é nenhuma surpresa, até no conselho disciplinar isso acontecia com frequência, o/a professor/a se achava no direito de fazer tudo o que bem entender com os/as alunos/as, em muitas vezes, tive o desprazer de presenciar professores/as insultando até os pais dos/as alunos/as.

O Zayn e a Lícia, também trouxeram nas suas falas algo importante e de fundamental importância ser destacado aqui, pois vai além daquilo que é considerado o "normal" a que já estávamos familiarizados/as, pois, vai de forma contrária com a

prática autoritária na sala de aula. Nas suas falas, Zayn relata que *“Eu tive experiência com alguns professores que se mostravam abertos, como um professor que tive no 12 ano, o gajo era muito aberto, permitia que os alunos participassem nas aulas, ele dava coragem, as pessoas participavam nas aulas, me fez gostar muito dele, aquilo não criou nenhum clima de falta de respeito, pelo ao contrário, acabamos por gostar muito dele e da disciplina que ele lecionava, por conta dessa diferença que ele fez, até hoje me pergunte dele”*. Quanto a Lícia, ela afirma que *“Tem aqueles professores que você via e sentia vontade de chamar, conversar”*

Na experiência que ele e ela relataram, o ser professor/a se caracteriza de uma maneira distinta, é uma outra parte da relação professor/a-aluno/a que é rara, mas que faz toda a diferença. Entendemos que esta forma de agir seria o melhor rumo a ser tomado, conforme demonstramos a partir das teorias educativas, já que traz uma outra perspectiva. Defendemos que a relação em que um/a professor/a for mais aberto, não necessariamente, significa que os/as alunos/as não terão respeito por ele/a, mas sim, daria o prazer dos/as alunos/as participarem, chegarem a ele/a de uma forma segura e respeitosa, permitindo que ele/a possa exercer a sua autoridade de uma maneira saudável e fazendo com que o processo do ensino e aprendizagem seja mais leve na medida do possível. Sobre essa questão, Freire (1996, p.72) argumenta que:

Na verdade, preciso descartar como falsa a separação radical entre seriedade docente e efetividade. Não é certo, sobretudo do ponto de vista democrático, que serei tão melhor professor quanto mais severo, mais frio, mais distante e "cinzento" me ponha nas minhas relações com os alunos, no trato dos objetos cognoscíveis que devo ensinar. A afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade. O que não posso obviamente permitir é que minha afetividade interfira no cumprimento ético de meu dever de professor no exercício de minha autoridade. Não posso condicionar a avaliação do trabalho escolar de um aluno ao maior ou menor bem querer que tenha por ele.

Em concordância com o pensamento de Freire na citação acima, assim terminamos dizendo que, a sala de aula não precisa ser uma fábrica de gelo, um espaço frio e nem quente demais, ao ponto de não conseguir abarcar vidas em construção. Ao nosso ver, a sala de aula precisa da calma, da mistura do frio e do calor para se ter o equilíbrio, o/a professor/a não precisa ser frio com os/as alunos/as para demonstrar a sua autoridade na sala. O ambiente pedagógico precisa e deve ser uma mistura de tudo, de disciplina, de afeto, de ajuda mútua e, sobretudo, de muito diálogo que vai gerar compreensão dos conteúdos e da própria relação social entre os indivíduos.

A nossa próxima questão aos entrevistados/as foi: 4) ***você alguma vez já passou por situações de conflito com um/a professor/a ou presenciou o acontecimento entre o/a professor/a e um colega? Se sim, como foi solucionado?***

Sobre esta questão obtivemos as seguintes posições dos nossos entrevistados/as:

O meu problema foi com o diretor da escola, a que presenciei foi entre o professor e o aluno, tiveram uma briga na sala de aula, professor deu um soco no aluno e ele revidou, professor foi fazer queixa no conselho disciplinar, dizendo que o aluno lhe bateu e o aluno foi suspenso da escola. Mas o meu foi com o diretor da escola, porque eu fui fazer o meu certificado e erraram em escrever a palavra matemática, colocaram matemática, aí duas vezes, na segunda vez prestei atenção, li e disse a ele que haviam errado mais uma vez em escrever a palavra matemática, caso eu levasse o certificado no ministério da educação, não iriam aceitar reconhecer, pois, erraram de novo e, eu iria gastar de dinheiro para voltar e fazer a mesma coisa, no mesmo instante chegou o diretor e ele me disse para sair de lá, perguntando o que eu sabia, falei para ele que formei ali, agora se não escreveram a matemática direito vão me fazer gastar dinheiro e não eles que vão pagar por isso, aquela coisa, ficamos discutindo e ele me deu uma bofetada, aí, começou a briga e depois ele quis ficar com meu certificado, mas não conseguiu, pois quem fazia os certificados não estava lá, mas depois que voltou fez o meu certificado e me entregou, as coisas ficaram assim. (Dandara, entrevista concedida)

Bom, eu vou falar pela experiência própria, eu fui vítima disso, onde o professor, não sei o que é que aconteceu, depois tirei a minha conclusão de que ele me conheceu, porque eu tinha um caso com a enteada dele, mas antes daquilo o professor pegou em algo de que eu tinha que tirar o meu cabelo para poder frequentar as aulas dele, logo, aquilo nos fez ter problemas, pois, eu não estava a fim de tirar o meu cabelo, aí ele me tirou na turma, me proibiu de fazer uma prova, aquele conflito continuo, por cerca de um mês eu não conseguia assistir as aulas dele muito bem, quando chegamos na direção para tentar solucionar o conflito, a direção da escola me falou que com o professor e o aluno não se faz a justiça, então, eu tenho que ir fazer o que o professor me falou e eles vão tentar falar com o professor para que ele possa me fazer a prova de novo, então, forma de resolver problema entre o professor e o aluno na escola em que estudei não está correto no meu ponto de vista e a forma também de solucionar não está correto, ou da forma como o professor abordou a situação para criar conflito comigo, ele quis se impor, me obrigando a fazer uma moda que eu não queria, então eu acho que essa situação ainda está muito atrasado na Guiné-Bissau. (Akin, entrevista concedida)

Eu já passei por uma situação entre eu e o meu professor na 9 classe, eu estudava pela 7 hora da manhã, primeiro turno de manhã, 7h as 11h, o meu professor de química, pronto você tem que chegar 6h e pouco minutos na escola, com sono, e eu costumava deitar na carteira para escrever, mas só que ele sentia muito desconforto a isso e, com a aquela autonomia que os professores têm em guiné na minha época,

ai com muita rigorosidade, ele me disse assim um dia, levanta e senta direitinho para escrever, você não pode ficar aí deitada na carteira para escrever, eu estava com sono, se os professores preocupavam com os alunos, a relação entre nós não iria ser assim, porque ele ia procurar uma palavra para conversar comigo direitinho, olha eu sei que você tá com sono, mas tem que levantar para escrever porque é uma forma como dizem adequado de um aluno escrever, sentar na cadeira direitinho, de uma forma bem padrão como costumam dizer, aí eu levantei os meus olhos e olhei pra ele, ele me disse, se tu não levantar para sentar e escrever direitinho vai levar uma bofetada, nossa eu fiquei sem jeitinho, levantei logo de imediato, porque eu não queria apanhar dele, estávamos acostumados a apanhar, mas uma coisa que eu nem tinha apanhado na minha casa, imagina levar uma bofetada de um professor, é muito humilhante, eu levantei logo de imediato e segui. Ninguém solucionou o problema, o professor era autônomo, faz e desfaz o que ele quiser, então, não importa se o aluno passou humilhação na frente dos colegas ou não. (Belly, entrevista concedida)

Eu presenciei sim, quando estávamos estudando 10 classes na Samora, aconteceu uma coisa, havia dois professores que falavam humilhando os alunos, você passa vergonha diante dos colegas, às vezes isso acabava por criar reações por parte dos alunos, mas ficava por ali mesmo, pois o professor na sala era autoridade máxima, não tinha como, como você iria denunciar? De que jeito? Na Guiné, não tem isso, ninguém vai te ouvir, tipo temos aquela hierarquia, o professor tem que ser respeitado, além de ser professor ele é mais velho, mais velho é para respeitar, a razão é sempre dada aos mais velhos, são situações recorrentes na escola, às vezes o professor faz algo que vai ofender o aluno. Hoje em dia, eu não vou aceitar essas coisas, se o professor me fizer algo vou lhe dizer que aquilo não se faz, aquele não é o papel do professor, quem está educando não precisa humilhar ninguém, porque tem situações que é para humilhar mesmo, ofender, as vezes agressivo, teve uma situação em que o professor rasgou o caderno do aluno na turma com todo mundo assistindo, alegando que o aluno fez cola na prova. A questão também de falar que os alunos tinham que ficar vestindo de uma forma, colocar camisa dentro da calça, um professor quase saiu na mão com um colega por conta disso. Eu acho que a gente passa pelas mesmas situações na sala de aula, coisas semelhantes que acontecem nas escolas públicas. (Zayn, entrevista concedida)

Eu tive, até posso ter alguns conflitos com os professores, os professores erraram muito comigo, mas nunca tive conflito, pois sempre aceitei sofrer, por causa daquilo que via na escola, onde professor nunca tinha culpa de nada. Presenciei um conflito que aconteceu entre o professor e um colega, onde o professor errou com ele em termos até da nota, depois que ele falou ao professor que achou que ele (o professor) errou na de uma determinada pergunta, o professor ficou revoltado e reduziu a nota do colega mais uma vez, sem que foi erro, sendo humano errei, que pode ser descuido ou por causa de outras coisas, não o professor nunca erra, só porque ele foi lá e falou professor acho que você errou, o professor entendeu que o colega não podia falar aquilo para ele, dizendo para o colega que ele era uma pessoa que não sabia de nada e, que ele, o professor estava

ministrando aulas a anos. Uma outra menina também que o professor gostava, ele prestava mais atenção a ele, e os colegas acharam que ele estava apaixonado pela menina, a menina no entanto, esforçava pouco, e os colegas que esforçaram muito tiveram nota baixa em relação a menina, foi levantado uma reivindicação por parte dos alunos/as sobre a situação, o problema foi até a direção da escola, ao conselho disciplinar para que o problema seja solucionado, mas o problema foi resolvido da seguinte forma, simplesmente os alunos por perder, pois o professor não pode perder, pois se calhar os que estão no conselho disciplinar achavam que o aluno tem que obedecer o professor sempre, ouvir e nunca criticar, pois o professor é mestre, ele nunca erra, aluno nunca pode ganhar do professor no conselho disciplinar. Se fomos questionar, se calhar os que estavam no conselho disciplinar também tem os mesmos comportamentos, foi um conflito que eu presenciei, também fui vítima da situação, mas não reivindiquei, alguns colegas reivindicaram, foram ao conselho na esperança de que algo poderia ser dito ao professor, pelo menos, olha você está fazendo isso, mas é algo que não deveria ser, você é ser humano e é normal errar, sendo professor você está ali para ser imparcial, não parcial, não deve tentar recair de um lado, tentar mostrar que gostas de uma pessoa e não gostas da outra, essa não é a sua formação, ao longo da sua caminhada educacional, didaticamente, não lhe foi ensinado isso, mas isso não foi o caso, aluno sempre acaba perdendo, solução do problema é sempre o professor com razão, por mais que ele erre. (Osman, entrevista concedida)

Eu nunca tive conflito com nenhum professor e nunca presenciei uma situação de conflito entre o professor e um colega. (Lícia, entrevista concedida).

A Fala da Dandara, nos deu um nó na garganta, uma profunda tristeza e o sentimento de impotência se apoderou do nosso ser ao ponto de lançarmos a seguinte pergunta. Que educação é essa, onde o professor dá um soco no aluno e o diretor esbofeteia uma aluna, até que ponto chegamos? Não eram eles quem deveriam estar zelando por uma educação significativa?

Quanto aos conflitos vivenciados ou presenciados, só a Lícia, teve a sorte de não presenciar e muito menos sentir na pele essa experiência desestabilizadora. Quanto aos demais, todos/as vivenciaram ou presenciaram de alguma maneira. A fala deles/as só demonstra o quão os/as alunos/as das escolas públicas em Guiné-Bissau são injustiçados, onde o corpo diretivo não faz a mínima questão de escutar, de dar a voz aos/às alunos/as diante das inúmeras atrocidades que os/as professores/as e a própria escola cometem. Observamos que a única forma cabível de resolver as situações de conflitos é silenciando de todas as formas possíveis, nem o benefício da dúvida nos dão,

apenas ouvem os/as professores/as e nos condenam a uma prisão sem saída, quando o assunto não chega ao conselho disciplinar, o professor resolve à sua maneira, às vezes resulta na reprovação do/a aluno/a.

Assim sendo, concluímos que, o ato de ensinar não precisa de frieza, rigidez, intimidações e nem insultos, apenas, precisa fluir de forma natural, trazendo o seu lado encantador, compreensível, permitindo diálogos constantes entre o/a aluno/a e o/a professor/a.

Neste último tópico indagamos aos entrevistados/as: **5) Ao ingressar na UNILAB, você enfrentou dificuldades com relação à forma que foi o seu ensino e aprendizagem na Guiné-Bissau? Se sim, fale um pouco disso.**

Sobre isso, assim relatam os entrevistados/as:

UNILAB não é nada fácil, eu estava fazendo enfermagem, aí entrei na UNILAB para fazer o BHU, era para mudar depois para enfermagem, mas acabei vendo coisas ligadas a educação e acabei gostando, mas era bem difícil, porque tinha que argumentar, escrever muito, eu era mais da prática, se me perguntar o que é pedagogia, podia definir em duas palavras, não havia essa coisa de ler muitos livros, era mais prática, mas depois que cheguei aqui foi só teoria, eu me cansei muito. E, também era só português, temos o nosso ensino em Bissau que você é ensinado em crioulo e português, aqui só no português e acabou, tem algumas palavras que você tem que colocar no dicionário para entender alguma coisa. A questão de falar na sala, de se pronunciar foi difícil, até agora que estou terminando a pedagogia é difícil ainda, primeiros tempos me calava, as vezes ficava com vergonha de falar, pois, não tínhamos aquela liberdade antes de falar o que achavas na sala de aula, foi bem difícil, mas agora estou superando um pouco por causa da UNILAB. (Dandara, entrevista concedida)

Na verdade, primeiros momentos na UNILAB, criou certas dificuldades, pois cheguei com aquilo na mente de falar que o professor é o dono da turma, dono da sala, é ele quem vai falar até terminar, se ele falar ninguém vai ousar contrariar, mesmo tendo opinião contrária daquilo que ele está falando, logo aquilo por muitas vezes me limitou, às vezes o professor perguntava na turma se alguém tinha algo para falar, mas devido ao insegurança que eu carrego, sentia um pouquinho de receio de falar, mas na verdade nunca tive medo de falar na turma, tentava sempre perguntar, colocar minhas dúvidas, mas de qualquer das formas a realidade com que deixei a Guiné-Bissau, refletiu muito nos meus primeiros momentos aqui na UNILAB. (Akin, entrevista concedida)

Eu passei muito dificuldade quando ingressei na UNILAB, porque vamos só, uma coisa não tem nada a ver com outra, eu sai do ensino básico e secundário em Guiné-Bissau, nunca tinha frequentado universidade ou faculdades aí, então saindo do ensino básico e

secundário para universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, passei muitas dificuldades, muitas dificuldades mesmo, porque a realidade é diferente, o português também, principalmente, nas pronúncias, os brasileiros tem o seu jeito de falar português e, uma guineense também tem sua forma de falar português, então uma das dificuldades foi a questão da língua e, também a forma que eu aprendia em Guiné-Bissau no meu ensino secundário e básico que, é uma forma de decorar os textos, fazendo as provas com os textos bem decorados, aí se o professor perguntar o que é geografia? Por exemplo, aí eu vou lá responder geografia é isso, isso, mais isso, tudo decorado bonitinho. Quando eu entrei na UNILAB, fui até radical comigo mesmo, porque vi que o primeiro e segundo semestre foi um dos piores, mas o primeiro foi pior ainda, eu não entendia nada, eu não sabia nem estudar, o volume da leitura era muito elevada, eu estudava com um texto, dois texto no liceu, no ensino secundário, aí quando eu cheguei na UNILAB o volume era muito mais e, a leitura que eu não estava habituado no meu país, Guiné-Bissau, no caso, eu tinha que adaptar, tinha que ler, me dava dor de cabeça só de pegar o livro pra ler (rios), a pessoa ficava tremendo só de ver as páginas, se perguntando eu vou conseguir ler tudo isso, então, é uma forma de readaptar o meu ensino de lá, tentar esquecer, por isso que eu fui tão radical comigo, esquecer tudo que é decoração, para entender e poder interpretar qualquer coisa que eu lia. Aí com isso, como já havia dito na pergunta 3, medo e insegurança tentei ultrapassar, quando ingressei na UNILAB comecei a conversar um pouco mais, mas até hoje não consigo, adaptei, tento ler agora, agora eu acho que leio, decorar não faz mais parte do meu processo na universidade, as sequelas ficaram até hoje, ainda até hoje, estou tentando esquecer muitas coisas. (Belly, entrevista concedida)

Óbvio, né? Pois sabemos que o nosso sistema educacional, independentemente, da própria relação do professor e aluno, outros aspectos também contam muito, o sistema educacional acaba criando certas barreiras, acaba que criando dificuldades, não é só na UNILAB, mas qualquer Guineense que entra na universidade em qualquer outra parte do mundo carrega esses primeiros momentos de dificuldade, pois, o nosso sistema ainda está muito atrasado, em termos pedagógicos, é algo que precisa ser trabalhado, algumas coisas precisam mudar, está entendendo? A formação pedagógica que os nossos professores recebem precisa ser trabalhada ainda, precisa de atualizações, é algo muito interessante o seu tema, acho que a questão da relação professor aluno é coisa para ser trabalhado na própria formação dos professores, porque isso acaba afetando o próprio desempenho do aluno, é preciso investir na formação dos professores. Ao ingressar na sala de aulas, pela primeira vez, uma experiência nova, eu não expressava, pois acabava de chegar de uma realidade diferente, me criou muita dificuldade, em tempo também do pensar crítico, eu aprendi na UNILAB, com o tempo acabei me adaptando, mas levei tempo, o que me permitiu hoje em dia visualizar o que passei e lamentar a situação, pensando que se a gente tivesse a as mesmas oportunidades antes, a história seria outra, pois a dificuldade que passei me criou certas limitações, hoje em dia, digo e pergunto a mim mesmo que se não fosse a UNILAB o que seria de mim? (Zayn, entrevista concedida).

Com certeza, como você pode escutar na minha fala, tem ligação forte, alguns até pode repetir, o meu ingresso na UNILAB, dificuldade teve a ver com aquele ensino que temos, um ensino onde o aluno não tem o hábito de falar na sala de aula, e isso eu enfrentei nos seminários, pois não tinha o hábito de falar, de levantar, aquela experiência de fazer o resumo, falar daquilo que você percebeu, compreendeu, a não ser aquilo que o professor explicava, mas aqui você lia e compreendia do seu jeito. A dificuldade foi enorme no início, tentar ter aquela coragem de falar perante as pessoas na sala de aula, de levantar a falar para falar ao professor eu acho que é aquilo e aquilo, pelo o que eu li, pela minha experiência, pois, cada um lê e faz a reflexão a partir de onde veio e tentar fazer uma conexão em respeito ao assunto que está sendo tratado. Aqui eu percebi que muitas das vezes você chama o professor pelo nome, é muito normal, mas em Bissau não, você não pode chamar o professor pelo nome, com o tempo acabei por superar, mas no início foi uma dificuldade enorme, de falar em público, de questionar a fala do professor, de lhe falar olha eu acho que é assim. No início fiz uma prova e achei que a professora teve erro na correção, mas não lhe enviei e-mail, pois, trouxe comigo o hábito que eu tinha em Bissau, mesmo que o professor erre, fica só aquilo de que é normal, ele é o professor, quem sabe ele está certo, mas com o tempo fiquei sabendo que tinha até o direito de reivindicar, porque o que eu havia feito estava certo, o erro era da professora, mas veio daquilo que eu carreguei desde Bissau e, com o tempo acabei superando, o medo sempre me afetou, vim com esse medo que acabei superando depois. (Osman, entrevista concedida).

Sim, passei dificuldade, por lá, muita das vezes nos fazem decorar as coisas, não nos fazem entender o conteúdo, mas sim fazer a leitura e decorar tudo para explanar, como eu falei muita das vezes o professor não te faz entender o conteúdo para você poder explicar aquilo. Chegando aqui, a questão do seminário foi difícil, eu ficava nervosa na turma, aí era um desafio, passei esse desafio também. Eu acho que isso é devido a formação dos próprios professores, pois se o professor foi formado para não fazer medo nos seus alunos, medo não resolve nada, faça com que os seus alunos ousam falar, que ousam perguntar, ter vontade e, você sendo professor, passou pela experiência de um dia ser aluno na Guiné, quando vê que o seu aluno está com problemas, pouco desempenho, procure conversar com ele para saber o que está acontecendo, procurar saber da dificuldade que o seu componente, não só fazer com que ele tenha medo, mais importante é questão de respeito entre o professor-aluno, mas causar medo, não acho isso certo, melhor é ser aberto, pois estão no processo, como o aluno aprende com o professor, assim também, o professor pode aprender com aluno. (Lícia, entrevista concedida).

A fala dos/as entrevistados/as se casaram totalmente nesta última pergunta, pois, todos/as relataram ter passado por muitas dificuldades ao chegarem na UNILAB. Ponderamos que estas dificuldades advêm dos obstáculos que encontramos na nossa formação inicial, que consideramos ser algo humilhante, que pensamos deve ser

discutido e não silenciado, pois eu também que hoje escrevo esse texto passei pela mesma dificuldade e ainda estou tentando reverter a situação. A partir disso, exemplificamos o desafio que estudantes internacionais possuem, é você está na sala de aula com dúvidas e ter o receio de perguntar, de contribuir mesmo tendo as ideias já montadas na cabeça, é um nervosismo que não lhe permita expressar ao ponto de decidir ficar calado/a escutando.

Assim, os elementos que levantamos sobre a educação em Guiné-Bissau, mostram que o nosso sistema de ensino é muito falho, precoce, é um sistema de ensino tradicional e muito deficiente que, não permite com que os/as seus/as alunos/as possam desenvolver a capacidade de explicar os pensamentos e nem criar metodologias pedagógicas para o mesmo fim. Reforçamos que o motivo pelo qual ao entrarmos na universidade enfrentamos dificuldades, diz respeito a adaptação a uma nova realidade que passa pelo volume da leitura, a necessidade de se pronunciar na sala de aula, estendendo-se ao ponto de não saber como começar a produção de um trabalho acadêmico, como salienta Barreto (2014, p. 20):

Ao entrar no ensino superior, o aluno guineense se depara com uma realidade de ensino-aprendizagem diferente da que será exigida na prática, em relação a leitura crítica e exploração do texto, do debate das ideias e da produção do saber. Assim, encontra-se atualmente um aluno munido de experiências e expectativas mínimas para executar as tarefas que não lhe são habituais.

Com isso, podemos afirmar sem dúvidas alguma que, estas dificuldades relatadas que tem a ver com os primeiros momentos no ensino superior, não é algo particular, mas é perfil dos/as alunos/as guineenses, algo que foi sustentado na fala do Zayn, afirmando que: *“não é só na UNILAB, mas qualquer guineense que entra na universidade em qualquer outra parte do mundo carrega esses primeiros momentos de dificuldade, pois, o nosso sistema ainda está muito atrasado, em termos pedagógicos, é algo que precisa ser trabalhado, algumas coisas precisam mudar, está entendendo?”*. E, como partes de cidadãos preocupados com a situação da educação e formação humana para a cidadania, duas coisas que não se pode separar para o bem da sociedade e do mundo, entendemos que, o senso crítico-reflexivo, é algo que não deve ser desenvolvido no começo do ensino superior, mas que o próprio sistema deveria criar didáticas e métodos pedagógicos que pautam o desenvolvimento disso no próprio

ensino básico, já que é a porta de saída para a entrada no ensino superior, conforme podemos entender das palavras do autor acima referido, argumenta que:

Para cumprir o papel de construtor do conhecimento, o ensino superior precisa desenvolver e consolidar no estudante o senso crítico e o espírito criativo, componentes chaves para a construção do conhecimento. Mas o pensar reflexivo e crítico não devem iniciar apenas a partir do ingresso do estudante no ensino superior, eles devem ser o pressuposto de todo o processo de socialização escolar que começa desde o ensino básico ao superior, ou seja, as escolas não devem ser apenas lugares de transmissão de conteúdos, elas devem ensinar o aluno a pensar, a questionar, a inovar e a produzir um conhecimento novo.

Uma situação que podemos apontar como uma grande falha no sistema educacional guineense, que precisa ser identificado pelos agentes da educação como uma necessidade urgente, buscando melhoria para reverter a situação para que a geração atual e a vindoura não sejam traumatizadas com essas experiências bizarras, já que nós fomos frutos desse ensino precário que tanto mexeu com as nossas estruturas físicas e emocionais, causando traumas que ainda nos acompanham.

Ao finalizar a discussão a partir da percepção desses estudantes guineenses, sabemos que outros temas poderiam ser aqui trabalhados, no entanto, buscamos a partir destes depoimentos acentuar os desafios que recaem sobre a educação pública da Guiné-Bissau, em especial, ao que se refere a relação entre estudantes e os/as professores/as.

Considerações finais.

Com esta pesquisa, buscamos mapear qual a percepção que os/as estudantes guineenses da UNILAB têm quanto à questão da relação professor/a aluno/a nas salas de aulas das escolas públicas da Guiné-Bissau.

Assim sendo, propomos perguntas ligadas às próprias vivências que tiveram no ensino público do país supracitado, na base disso, obtivemos respostas que realmente dialogam com a justificativa do nosso trabalho, mostrando que, apesar de várias tentativas e implementações de políticas públicas na área da educação com o intuito de atender as demais sociais da população guineense, o processo do ensino e aprendizagem que se faz presente nos contextos das escolas públicas Bissau-guineense. Percebemos que ainda, é de fato, um ensino liberal-tradicional que, não permite com que a relação

professor/a-aluno/a seja uma relação de diálogo e ajuda mútua, mas dá espaço a uma prática de ensino autoritário que dificulta o processo em questão, ao qual nossos/as entrevistados/as tiveram que passar e estão nessa busca constante de tentar superar as dificuldades que vão surgindo, ou seja, se encontram nesse caminho de se problematizar, de se colocarem perante os desafios. Caminho necessário para a emancipação do seu ser, assim Freire (1996, p.14) ressalta que:

O necessário é que, subordinado, embora, à prática “bancária”, o educando mantenha vivo em si o gosto da rebeldia que, aguçando sua curiosidade e estimulando sua capacidade de arriscar-se, de aventurar-se, de certa forma o “imuniza” contra o poder apassivador do “bancarismo”. Neste caso, é a força criadora do aprender de que fazem parte a comparação, a repetição, a constatação, a dúvida rebelde, a curiosidade não facilmente satisfeita, que supera os efeitos negativos do falso ensinar. Esta é uma das significativas vantagens dos seres humanos – a de se terem tornado capazes de ir mais além de seus condicionantes. Isto não significa, porém, que nos seja indiferente ser um educador “bancário” ou um educador “problematizador”.

Uma rebeldia que, nós enquanto agentes da educação, defendemos que deve acontecer e que seja com a ajuda da família, pois, pelos resultados obtidos vale a pena salientar que, se verificou de uma maneira muito perceptível a pouca participação da família no processo do ensino/aprendizagem dos/as filhos/as, deixando essa tarefa de forma exclusiva para a escola, que por vez, não consegue dar conta da situação sozinha, pois, precisa estar construindo essa educação com a família.

Por fim, consideramos que, apesar das dificuldades que tivemos em buscar os materiais para dar sustento a nossa escrita, o que também faz parte da vida de quem se atreve a pesquisar e, principalmente, quando se trata de um Estado novo como a Guiné-Bissau, que ainda carece de estudos em muitas áreas sociais. De modo geral, considero que atingimos os objetivos propostos pelo nosso trabalho, pois, começamos por fazer levantamentos bibliográficos desde o primeiro momento que definimos o problema da nossa pesquisa, embora, não conseguindo matérias que no seu corpo só versam a relação professor/a-aluno/a no contexto da Guiné-Bissau, mas, de alguma maneira encontramos alguns pontos principais no corpo de trabalho de diferentes pesquisadores/as guineenses que trataram a questão das políticas educacionais no país e, acabaram por dar suporte para o desenvolvimento do nosso trabalho e, com a metodologia do estudo de caso que optamos por utilizar, especialmente, a técnica da entrevista com os/as 6 participantes convidados/as, obtemos dados suficientes que

realmente mostraram uma outra face da educação pública guineense que tanto insistimos em demonstrar ao longo da escrita do nosso texto.

Pesquisar algo da Guiné-Bissau é como mergulhar de cabeça e não saber se vai conseguir sair daí com vida. De todas as formas, procuramos referências bibliográficas que versam sobre a relação professor/a-aluno/a no país e não encontramos muita coisa. Pois, além de ser difícil encontrar o material já que parece não ser um tema importante de pesquisa, também, é algo, que não se discute dentro das escolas e nas políticas educacionais, como já havíamos frisado na justificativa do nosso trabalho. Desta forma, pensamos que com nosso trabalho possa existir uma abertura para ampliar a necessidade de se pensar uma relação mais crítica e contextualizada.

Como um debate inicial, esperamos que sejam elaborados mais trabalhos como este e, também, sobre essa mesma relação nas escolas privadas do país, para que sirvam de comparação, de parâmetros para que a política educacional torne realidade uma relação mais horizontal entre os sujeitos que estão no processo de ensino-aprendizagem.

Assim, reconhecemos que podemos através desse trabalho estar cobrando uma posição democrática aos professores/as que como debatemos podem até então desconhecer outras abordagens pedagógicas. Pois, passaram seus processos educacionais de forma tradicional e tiveram que se encaixar nos mesmos padrões, por isso que ressaltamos que, o objetivo do nosso trabalho, não é e nunca será desvalorizar, diminuir ou crucificar os/as professores/as das escolas públicas em Guiné-Bissau, em especial ao Liceu Dr. Agostinho Neto, escola pela qual passei os meus últimos 6 anos de escolaridade, afinal, se não fossem os/as professores/as eu não estaria aqui escrevendo esse texto. Ao contrário, com este escrito, pretendemos mostrar essa outra parte da educação que é silenciada, que ninguém fala e até parece que não existe. Significa um olhar crítico sobre esta realidade, onde acontecem esses conflitos, que na maioria das vezes acabam prejudicando os/as alunos/as, assim como, os seus processos educacionais, causando traumas e limitações que alguns/algumas conseguem superar outros/as não, para que assim possa ser pensada soluções cabíveis que a todos/as favorecem.

Nós mesmo, acreditamos que, em tudo que é relação deve haver autoridade, compromisso e comprometimento, mas que essa autoridade, não se extrapole e se

converte em autoritarismo, pois precisamos de compreensão, ouvir e escutar, para que o diálogo possa fluir de forma natural, sem pressão, sem medo, sem ameaças e insultos. Afinal, todos estamos em busca de conhecimento para melhor algo que não está perfeito aos nossos olhos.

Sendo assim, partimos do ponto de vista de que para fazer a educação acontecer, a escola como um todo, e, em especial os/as professores/as, precisam descentralizar o poder, precisam entender que a educação pode ser tratada como parte de um processo de ensino e aprendizagem como uma tarefa coletiva, portanto, todos/as envolvidos precisam ter a autonomia de poder participar e tomar decisões cabíveis pelo bem em comum.

Assim sendo, os pais e encarregados da educação, os alunos, necessitam estar presentes nos espaços da tomada de decisões que os/as envolvem, pois também são sujeitos ativos que buscam transformações. É preciso que a escola e a família estejam de mãos dadas, pés entrelaçados e em constante sintonia para que o processo do ensino e aprendizagem aconteça de uma forma benéfica.

Através dessa escrita, escolhemos mostrar o outro lado não explicitado da educação pública ofertado para a população, e, principalmente, de baixa renda. Com isso, salientamos que estamos longe de querer crucificar alguém, pois todos se encontram numa busca constante de melhorar algo que não esteja a favor.

Com isso, ao levarmos essa escrita a cabo, esperamos que medidas possam ser tomadas para que a educação possa ser ofertada no sentido lato da palavra. Que novas possibilidades voltadas à realidade social guineense possam ser implantadas. Ao partirmos do ponto de vista de que a educação é necessária na vida de qualquer ser humano, não importando as suas limitações e especificidades, temos que lutar de todas as formas possíveis para que ela seja emancipatória, e, sobretudo, formadora em todos os aspectos.

Esperamos que, num futuro bem próximo desse presente, que, algum/o aluna/a de qualquer escola pública guineense possa estar escrevendo o contrário do que discutimos aqui, que esse sujeito da educação, possa estar trazendo um outro fazer pedagógico e, sobretudo, transformadora. Que o conflito a existir entre o/a professor/a e

aluno/a seja a discussão dos textos, que seja o confronto de ideias e pensamentos e não de relações conflituosas.

Uma educação para a alteridade seria o mais importante e necessário para a população guineense em geral, pois, esse tipo de educação seria a aquela que nos permita ser nós mesmos, respeitando as nossas especificidades. Uma escola democrática onde o/a professor/a saiba que ele/a não é único/a que sabe usar a fala, mas, que as pessoas a sua volta também podem e devem ser ouvidas atentamente para que a educação possa acontecer de uma maneira mais viável e que possa permitir um processo de ensino e aprendizagem significativa.

Almejamos que este pequeno texto no tamanho, mas, grande e importante no conteúdo, possa chegar ao Estado guineense e ao Ministério da Educação, para que os gestores saibam que temas como esse são necessários para serem debatidos, para que não se repita o silêncio sobre o que produzimos. Significa que, enquanto educadores e pesquisadores não nos calaremos, que através da escrita faremos revolução na educação em Guiné-Bissau, pois, a educação que nos ofertam não é suficiente para o que almejamos, é uma educação que nos desestabiliza, uma educação que ao sairmos dela carregamos enormes dificuldades que se apresentam, não só nas universidades, mas nas nossas vidas também.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Augusto Gomes. O fraco desempenho dos estudantes no ensino superior na Guiné-Bissau: a herança do ensino básico. In: **Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos**. v. 07, nº 2, p. 18-28, JUL-DEZ, 2014.

CÁ, L. O. (2000). **A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973)**. ETD - Educação Temática Digital. Disponível em <https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10576/ssoar-etd-2000-1-> . Acesso: 23/07/2022.

CRESWELL, W. C. **Projeto de pesquisa**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAHER, Alessandra Ferreira Beker. **Aluno e Professor: Protagonistas do Processo de Aprendizagem**. Campo Grande-MS. Disponível em: <https://docplayer.com.br/19440786-Aluno-e-professor-protagonistas-do-processo-de-aprendizagem.html>. Acesso: 23/07/2022.

DJALÓ, Mamadu. **A Interferência do Banco Mundial na Guiné-Bissau: A Dimensão da Educação Básica – 1980-2005**. Disponível em:

<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92590>. Acesso em | : 23/07/2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa** (Coleção Leitura). São Paulo: Paz e Terra. 1996.

FURTADO. Alexandre Brito Ribeiro. **Administração e Gestão da Educação na Guiné-Bissau: Incoerências e Descontinuidades**. Dissertação (Doutorado em Educação) - Departamento de Ciências da Educação, Universidade de Aveiro, 2005. (702 p.)

GADOTTI, Moacir. **Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. [Ca.2010]. Disponível em: < <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

GARBIN, Aline Regina. NASCIMENTO, Nicileia Batista. SILVA, Ligia Terezinha Bontorin Dipp da. **A Relação Professor Aluno em sala de aula**. X Congresso Nacional de Educação. Curitiba, 2011.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar, 2006.

GOVERNO DE GUINÉ-BISSAU. **Projeto fome zero na Guiné-Bissau, desafios para alcançar a segurança alimentar e nutricional (2018-2030)**. Bissau, 2018.

INDJALÁ, Samuel. 2019. **A Educação na Guiné-Bissau: Análise das Produções Acadêmicas.** Piracicaba/SP.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1990.

LIMA, Ivan Costa. **História da educação do/a negro/a no Brasil II: pedagogia multirracial, o pensamento de Maria José Lopes da Silva.** Curitiba: Appris: 2021.

LIMA, Ivan Costa. **História da educação do negro/a no Brasil: pedagogia interétnica de Salvador, uma ação de combate ao racismo.** Curitiba: Appris, 2017.

MEIJER, Rebeca de A. **Valorização da cosmovisão africana na escola.** Curitiba: Appris, 2019.

MARTINS, Joseane de Souza. SILVA, Ana Carolina Guimarães da. SOARES, Lupécia Jeane. VASCONCELOS, Alexandra Alves de. **A Presença do Diálogo na Relação Professor-Aluno.** V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 19 a 22-setembro, 2005.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos.** Capítulo 6: **Entrevistas: métodos e processo.** 3ª edição. Porto Alegre. Artmed. 2004.

MINAYO, Maria Cecília. Pesquisa Social, teoria, método e criatividade. In: MINAYO, Maria Cecília. **Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta.** Petrópolis: Vozes. 2009.

MOREIRA, Domingos. **Políticas Públicas de Alfabetização de Massa na Guiné-Bissau.** RIO DE JANEIRO – RJ. 2006

NUNES, Tarcia Gabriela Holanda. **A Relação Professor(a)/Aluno(a) no Processo de Ensino Aprendizagem.** Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/4105>. Acesso em: .15/05/2022.

OLIVEIRA, Luciene Da. 2010. **Interação Professor-Aluno: elemento chave do ensino-aprendizagem.** Trabalho de conclusão (Graduação em Letras e Artes) Universidade estadual da Paraíba. Guarabira/PB, 2010.

PETIT, Sandra Haydée. **Pretagogia: pertencimento. Corpo-dança afroancestral e tradição oral africana na formação de professoras e professores.** Contribuições do legado africano para a implementação da lei 10639/03. Fortaleza: EdUECE, 2015.

PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência: diferentes concepções.** Revista Poésis -Volume 3, Números 3 e 4, pp.5-24, 2005/2006

SCANTABURLO, Luigi. **Dicionário Português-Crioulo da Língua Criol da Guiné-Bissau.** Detroit: Edição do autor, 1977 (120p.).

SILVA, Carina Castro Da. **Mutilação Genital Feminina: Percepções de jovens guineenses residentes em Portugal e de profissionais com experiência na Guiné-Bissau.** Dissertação (Mestre em Acção Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2015.

WEBER, Gilvani Abati. SILVA, Irene Ferreira De Souza Da. **A Importância da Família na Escola:** A importância dos pais no processo educativo dos filhos e o papel exercido pela escola na educação dos filhos.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

VOCÊ ESTÁ SENDO CONVIDADO (A) A PARTICIPAR DA PESQUISA DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA INTITULADA DE FORMA PROVISÓRIA DE “A RELAÇÃO PROFESSOR/A E ALUNO/A EM SALA DE AULA DA GUINÉ-BISSAU: A PERCEPÇÃO DOS/AS ESTUDANTES GUINEENSES DA UNILAB/CE”.

ORIENTADOR: PROF. DR. IVAN LIMA – CONTATO:
IVANLIMA@UNILAB.EDU.BR

PESQUISADORA: MARIAMA CASSAMA. CONTATO:
MARIAMACASSAMA204@GMAIL.COM

(1) CONFIRMO QUE O OBJETIVO DO PROJETO ME FOI EXPLICADO E TIVE A OPORTUNIDADE DE FAZER PERGUNTAS SOBRE O PROJETO.

(2) PERCEBO QUE MINHA PARTICIPAÇÃO ENVOLVE A GRAVAÇÃO DE ÁUDIO E A TRANSCRIÇÃO CORRESPONDENTE DO MEU TESTEMUNHO E QUE PODEREI EDITAR ESSA TRANSCRIÇÃO MEDIANTE SOLICITAÇÃO.

(3) ESTOU CIENTE DE QUE A EQUIPE DE PESQUISA SEGUIRÁ OS PROCEDIMENTOS PADRÃO PARA MANTER MINHA ENTREVISTA ANÔNIMA DURANTE E APÓS A EXECUÇÃO DO PROJETO, E QUE OS DADOS PESSOAIS SERÃO MANTIDOS ANÔNIMOS EM TODOS OS MOMENTOS, A MENOS QUE SEJA FORNECIDO CONSENTIMENTO EXPLÍCITO POR ESCRITO PARA DIVULGÁ-LOS.

(4) PERCEBO QUE MINHA PARTICIPAÇÃO É COMPLETAMENTE VOLUNTÁRIA E QUE POSSO OPTAR POR DESISTIR DA PESQUISA A QUALQUER MOMENTO, SEM QUAISQUER IMPLICAÇÕES PARA MIM.

(5) ESTOU CIENTE DE QUE AS INFORMAÇÕES FORNECIDAS DURANTE A ENTREVISTA PODEM SER USADAS, ANONIMIZADAS, NOS RESULTADOS DO PROJETO (PUBLICAÇÕES, SITE E DOCUMENTÁRIO).

CONCORDO EM PARTICIPAR DESTE ESTUDO.

NOME E ASSINATURA DO PARTICIPANTE

NOME:

ASSINATURA:

DATA:

NOME E ASSINATURA DO PESQUISADOR DA EQUIPE DE PESQUISA

NOME:

ASSINATURA:

DATA: